

PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTES CLAROS – MG  
SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO E GESTÃO  
GERÊNCIA DE RECURSOS HUMANOS

**LEI Nº 3.175, DE 23 DE DEZEMBRO DE 2003**

Atualizada até 23 de maio de 2013

MAIO/2013

## ÍNDICE SISTEMÁTICO

<b>TÍTULO I – DISPOSIÇÕES PRELIMINARES</b> .....	<b>(arts. 1º ao 8º)</b>
<b>TÍTULO II – DO PROVIMENTO</b> .....	<b>(arts. 9º a 28)</b>
CAPÍTULO I – Disposições Gerais .....	(arts. 9º e 10)
CAPÍTULO II – Da Nomeação	
SEÇÃO I – Disposições Gerais.....	(art. 11)
SEÇÃO II – Do Concurso Público.....	(arts. 12 e 13)
SEÇÃO III – Do Estágio Probatório .....	(art. 14)
CAPÍTULO III – Da Progressão e da Promoção .....	(art. 15)
CAPÍTULO IV – Da Reintegração.....	(art. 16)
CAPÍTULO V – Da Recondução.....	(art. 17)
CAPÍTULO VI – Da Disponibilidade e do Aproveitamento .....	(arts. 18 a 21)
CAPÍTULO VII – Da Reversão .....	(arts. 22 a 24)
CAPÍTULO VIII – Dos Atos Complementares	
SEÇÃO I – Da Posse.....	(arts. 25 e 26)
SEÇÃO II – Do Exercício .....	(arts. 27 e 28)
<b>TÍTULO III – DA MOVIMENTAÇÃO PESSOAL</b> .....	<b>(arts. 29 a 35)</b>
CAPÍTULO I – Disposições Gerais .....	(art. 29)
CAPÍTULO II – Da Remoção.....	(art. 30)
CAPÍTULO III – Da Redistribuição.....	(art. 31)
CAPÍTULO IV – Da Disposição .....	(arts. 32 a 34)
CAPÍTULO V – Da Readaptação.....	(art. 35)
<b>TÍTULO IV – DO TEMPO DE SERVIÇO</b> .....	<b>(arts. 36 a 44)</b>
CAPÍTULO I – Disposições Gerais .....	(arts. 36 a 40)
CAPÍTULO II – Da Jornada de Trabalho .....	(arts 41 a 44)
<b>TÍTULO V – DA VACÂNCIA</b> .....	<b>(arts 45 a 54)</b>
CAPÍTULO I – Disposições Gerais .....	(art. 45)
CAPÍTULO II – Da Exoneração .....	(arts. 46 e 47)
CAPÍTULO III – Da Demissão .....	(art. 48)
CAPÍTULO IV – Da Aposentadoria	
SEÇÃO I – Disposições Gerais.....	(arts. 49 a 53)

SEÇÃO II – Da Renúncia à Aposentadoria .....	(art. 54)
CAPÍTULO V – Da Pensão.....	(art. 55)

**TÍTULO VI – DOS DIREITOS, DAS VANTAGES E DAS CONCESSÕES..... (arts. 56 a 120)**

CAPÍTULO I – Do Vencimento e da Remuneração .....	(arts. 56 a 63)
CAPÍTULO II – Das Vantagens	
SEÇÃO I – Disposições Gerais.....	(arts. 64 e 65)
SEÇÃO II – Das Indenizações .....	(arts 66 e 67)
SUBSEÇÃO I – Das Diárias .....	(arts. 68 e 69)
SUBSEÇÃO II – Da Indenização de Transporte .....	(art. 70)
SEÇÃO III – Do Abono Família .....	(arts. 71 a 74)
SEÇÃO IV – Das Gratificações.....	(arts. 75 a 79)
SEÇÃO V – Dos Adicionais .....	(arts. 80 a 84)
SUBSEÇÃO I – Disposições Gerais .....	(art. 80)
SUBSEÇÃO II – Do Adicional por Serviço Extraordinário .....	(art. 81)
SUBSEÇÃO III – Do Adicional Noturno .....	(art. 82)
SUBSEÇÃO IV – Do Adicional de Férias.....	(art. 83)
SEÇÃO VI – De Outras Vantagens Pecuniárias .....	(art. 84)
CAPÍTULO III – Das Férias .....	(arts. 85 a 90)
CAPÍTULO IV – Dos Afastamentos .....	(arts. 91 a 94)
SEÇÃO I – Disposições Gerais.....	(art. 91)
SEÇÃO II – Do Afastamento para Exercício de Cargo Comissão .....	(art. 92)
SEÇÃO III – Do Afastamento para Exercício de Mandato Eletivo .....	(art. 93)
SEÇÃO IV – Do Afastamento para Atividade Político - Partidária .....	(art. 94)
CAPÍTULO V - Licenças.....	(arts. 95 a 114)
SEÇÃO I – Disposições Gerais.....	(arts. 95 a 99)
SEÇÃO II – Da Licença para Tratamento de Saúde .....	(arts. 100 e 101)
SEÇÃO III – Da Licença por Motivo Doença em Pessoa da Família.....	(art. 102)
SEÇÃO IV – Da Licença à Gestante, à Adotante e da Lic. Paternidade .....	(arts. 103 a 106)
SEÇÃO V – Da Licença para o serviço Militar .....	(arts. 107 e 108)
SEÇÃO VI – Da Licença para Tratar de Interesses Particulares.....	(arts. 109 a 112)
SEÇÃO VII – Da Licença para Acompanhar Cônjuge ou Companheiro.....	(art.113)
SEÇÃO VIII – Da Licença Desemprego de Mandato Sind. ou Representação ..	(art. 114)
CAPÍTULO VI – Da Estabilidade .....	(arts. 115 e 116)
CAPÍTULO VII – Das Concessões .....	(arts. 117 a 120)

**TÍTULO VII – DO DIREITO DE PETIÇÃO E DOS RECURSOS ..... (arts.119 a 130)**

CAPÍTULO I – Do Direito de Petição ..... (arts. 119 a 125)

CAPÍTULO II – Dos Recursos ..... (arts. 126 a 130)

**TÍTULO VIII – DOS DEVERES, DAS PROIBIÇÕES E DAS RESPONSABILIDADES ... (arts. 131 a 157)**

CAPÍTULO I – Dos Deveres ..... (art. 131)

CAPÍTULO II – Das Proibições..... (art. 132)

CAPÍTULO III – Da Acumulação ..... (arts. 133 e 136)

CAPÍTULO IV – Das responsabilidades ..... (arts. 137 a 140)

CAPÍTULO V – Das Penalidades ..... (arts. 141 a 157)

**TÍTULO IX – DO PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINA ..... (arts. 158 a 195)**

CAPÍTULO I – Disposições Gerais ..... (arts. 158 a 161)

CAPÍTULO II – Da Sindicância..... (arts. 162 a 165)

CAPÍTULO III – Do Processo Disciplinar ..... (arts. 166 a 184)

CAPÍTULO IV – Do Julgamento ..... (arts. 185 a 188)

CAPÍTULO V – Da Revisão do Processo Administrativo ..... (arts. 189 a 195)

**TÍTULO X – DISPOSIÇÕES ESPECIAIS ..... (arts. 196 a 223)**

CAPÍTULO I – Da Contratação de Caráter Excepcional ..... (arts. 196 a 198)

CAPÍTULO II – Dos Estagiários..... (arts. 199 a 210)

CAPÍTULO III – Da Reserva de Vagas para as Pessoas Portadoras de Deficiências.. (arts. 211 a 217)

CAPÍTULO IV – Dos Títulos para Fins de Concurso Público..... (arts. 218 a 223)

**TÍTULO XI – DISPOSIÇÕES TRANSITÓRIAS E FINAIS ..... (arts. 224 a 238)**



## **LEI Nº 3.175, DE 23 DE DEZEMBRO DE 2003.**

**Dispõe sobre o Estatuto do Servidor Público do Município de Montes Claros.**

O povo do Município de Montes Claros, por seus representantes, aprovou e eu, Prefeito Municipal, em seu nome, sanciono a seguinte Lei:

### **TÍTULO I DISPOSIÇÕES PRELIMINARES**

**Art. 1º** - Esta Lei dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Montes Claros, Estado de Minas Gerais, instituído pela Lei nº 1035, de 25 de março de 1974 e suas alterações.

**Art. 2º** - Servidor Público, para efeitos desta Lei, é a pessoa legalmente investida em cargo público, em caráter efetivo ou em comissão, ou detentora de função pública.

**Art. 3º** - Cargo Público é a unidade de ocupação funcional, permanente e definida, preenchida por servidor público, com direitos e obrigações estabelecidos em lei.

Parágrafo único – Os cargos públicos, acessíveis a todos os brasileiros, assim como aos estrangeiros, na forma da lei, são criados por lei, com denominação e atribuição próprias e vencimentos pagos pelos cofres públicos.

**Art. 4º** - Função Pública é o conjunto de atribuições que, por sua natureza ou suas condições de exercício, não caracterizam cargo público e são cometidas a detentor de função pública nos casos e forma previstos em lei.

**Art. 5º** - Os cargos públicos de provimento efetivo, de mesma denominação e para cujo exercício se exija a mesma escolaridade, são agrupados em segmentos de classes e estes organizados em carreiras.

**Art. 6º** - Os cargos públicos de provimento em comissão são de recrutamento amplo ou limitado.

§ 1º - Os cargos em comissão são de livre nomeação e exoneração.

§ 2º - Os cargos em comissão de recrutamento limitado e as funções gratificadas são providos por servidor público efetivo ou detentor de função pública estável.

§ 3º - Os cargos em comissão de recrutamento amplo são providos por qualquer pessoa que preencha os requisitos estabelecidos em lei.

§ 4º - Os cargos em comissão destinam-se, exclusivamente, às atribuições de direção, chefia e assessoramento.

**Art. 7º** - Função gratificada é a instituída em lei para atender ao exercício de atividades que não justifiquem a criação de cargos específicos.

Parágrafo único – As funções gratificadas são todas de recrutamento limitado.

**Art. 8º** - É proibida a prestação de serviços gratuitos, salvo os casos previstos em lei.

## **TÍTULO II DO PROVIMENTO**

### **CAPÍTULO I DISPOSIÇÕES GERAIS**

**Art. 9º** - São requisitos básicos para provimento de cargo público:

I – nacionalidade brasileira ou naturalizado;

II – gozo dos direitos políticos;

III - quitação com as obrigações militares e eleitorais;

IV – capacidade civil, na forma da lei;

V – aptidão física e mental, comprovada em inspeção médica;

VI – atendimento às condições especiais previstas para determinados cargos;

VII – habilitação em concurso público, salvo quando se tratar de cargo para o qual a lei assim não o exija;

VIII – habilitação profissional e nível de escolaridade exigido para o exercício do cargo.

§ 1º - Às pessoas portadoras de deficiência é assegurado o direito de inscrição em concurso público para provimento de cargo cujas atribuições sejam compatíveis com a deficiência de que são portadoras, para as quais serão reservadas até 10% (dez por cento) das vagas oferecidas no concurso.

§ 2º - Não preenchidas as vagas de que trata o parágrafo anterior, serão elas destinadas aos classificados no respectivo concurso.

**Art. 10** – São formas de provimento de cargo público:

- I – nomeação;
- II – promoção;
- III – reintegração;
- IV – recondução;
- V – aproveitamento;
- VI – reversão.

## **CAPÍTULO II DA NOMEAÇÃO**

### **SEÇÃO I DISPOSIÇÕES GERAIS**

**Art. 11** – A nomeação far-se-á:

I – em caráter efetivo, quando se tratar de cargo público de provimento efetivo;

II – em comissão, quando se tratar de cargo que, em virtude de lei, assim deva ser provido.

Parágrafo único – O cargo em comissão de que trata o inciso II do artigo poderá ser preenchido, temporariamente, por designação, até o seu provimento por ato de nomeação;

### **SEÇÃO II DO CONCURSO PÚBLICO**

**Art. 12** – A investidura de cargo público depende de aprovação prévia em concurso público de provas e títulos, de acordo com a natureza e a complexidade do cargo, observados o prazo de validade e a ordem de classificação, ressalvada a nomeação para cargo em comissão, declarado em lei de livre nomeação e exoneração.

§ 1º - O concurso público terá validade de até 2 (dois) anos, contados de sua homologação, podendo ser prorrogado 1 (uma) vez, por igual período.

§ 2º - O prazo de validade de concurso e as demais condições de sua realização serão fixados em edital, publicado em jornal diário de grande circulação e/ou diário oficial do Estado.

§ 3º - Uma vez publicada a classificação definitiva dos candidatos aprovados, o concurso público deverá ser homologado no prazo máximo de 90 (noventa) dias, sob pena de ser considerado tacitamente homologado.

**Art. 13** – Enquanto houver candidato aprovado em concurso público anterior, cujo prazo de validade ainda não se tenha expirado, não poderá haver nomeação de aprovado em outro concurso para o mesmo cargo.

### **SEÇÃO III DO ESTÁGIO PROBATÓRIO**

**Art. 14** - Ao entrar em exercício, o servidor nomeado para cargo de provimento efetivo ficará sujeito a estágio probatório pelo período de 36 (trinta e seis) meses, durante o qual a sua aptidão e capacidade será objeto de avaliação para o desempenho do cargo, observados os seguintes fatores:

- I – assiduidade e pontualidade;
- II – disciplina;
- III – capacidade de iniciativa;
- IV – produtividade;
- V – responsabilidade;
- VI – respeito e compromisso para com a instituição;
- VII – aptidão funcional;
- VIII – relações humanas no trabalho.

§ 1º - Doze meses antes de findo o estágio probatório, a avaliação de desempenho do servidor, realizada de acordo com o que dispuser o regulamento, será submetida à homologação da autoridade competente, sem prejuízo da continuidade da apuração dos fatores enumerados nos incisos deste artigo.

§ 2º - Uma vez demonstrada aptidão funcional, no prazo de que trata o parágrafo anterior, o servidor, 4 (quatro) meses antes do término do estágio, será submetido a avaliação final e, aprovado, terá homologado o estágio probatório.

§ 3º - A avaliação de desempenho será promovida por Comissão Especial instituída para essa finalidade.

§ 4º - O servidor não aprovado no estágio probatório será exonerado ou, se estável, reconduzido ao cargo anteriormente ocupado, assegurando ao servidor o contraditório e a ampla defesa.

- *O Decreto nº 2.247, de 27 de junho de 2006, dispõe sobre a avaliação de desempenho dos servidores em estágio probatório.*
- *O Decreto nº 2.771, de 20 de dezembro de 2010 altera o Decreto nº 2.247, de 27 de junho de 2006.*
- *O Decreto nº 2.528, de 13 de agosto de 2008, dispõe sobre a avaliação de desempenho dos servidores do quadro de magistério em estágio probatório da Secretária Municipal de Educação, Esportes e Lazer.*
- *O Decreto nº 2.648, de 13 de outubro de 2009, altera o Decreto nº 2.528, de 13 de agosto de 2008.*
- *O Decreto nº 2.772, de 30 de dezembro de 2010, altera o Decreto nº 2.528, de 13 de agosto de 2008.*



### **CAPÍTULO III PROMOÇÃO**

**Art. 15** – A promoção é disciplinada em lei que disponha sobre Quadro de Pessoal, Plano de Cargos, Carreiras e Vencimentos dos Servidores do Município de Montes Claros.

### **CAPÍTULO IV DA REINTEGRAÇÃO**

**Art. 16** - A reintegração, que decorrerá de decisão administrativa ou de sentença judicial transitada em julgado, é o ato pelo qual o servidor demitido reingressa no servidor público, com ressarcimento dos vencimentos e vantagens próprio do cargo.

§ 1º - A reintegração será feita no cargo anteriormente ocupado e, se este houver sido transformado, o servidor será reintegrado no cargo resultante da transformação.

§ 2º - Se o cargo anteriormente ocupado se encontrar provido ou extinto, o servidor será reintegrado em cargo de natureza, vencimento ou remuneração equivalentes, respeitada a habilitação profissional.

§ 3º - Não sendo possível a reintegração pela forma prescrita nos parágrafos anteriores, será o servidor posto em disponibilidade, com remuneração proporcional ao tempo de serviço, até ser aproveitado em outro cargo.

### **CAPÍTULO V DA RECONDUÇÃO**

**Art. 17** – Recondução é o retorno do servidor efetivo e estável ao cargo anteriormente ocupado e decorrerá de inabilitação em estágio probatório relativo a outro cargo.

Parágrafo único – Se o cargo anteriormente ocupado estiver promovido, o servidor será colocado em disponibilidade, com remuneração proporcional ao tempo de serviços, até a ocorrência de vaga.

## **CAPÍTULO VI DA DISPONIBILIDADE E DO APROVEITAMENTO**

**Art. 18** – Poderá ocorrer a disponibilidade com remuneração proporcional ao tempo de serviço, quando extinto o cargo efetivo ou declarada a sua desnecessidade e desde que não seja possível atribuir, de imediato, ao servidor, cargo ou função compatível.

**Art. 19** – Aproveitamento é o reingresso no serviço público do servidor em disponibilidade.

**Art. 20** - O retorno à atividade do servidor em disponibilidade far-se-á mediante aproveitamento obrigatório em cargo ou função de atribuições e vencimentos compatíveis com o cargo anteriormente ocupado.

**Art. 21** – Serão tornados sem efeito o aproveitamento e a disponibilidade se o servidor não entrar em exercício no prazo legal, salvo doença comprovada por junta médica oficial.

## **CAPÍTULO VII DA REVERSÃO**

**Art. 22** – Reversão é o ato pelo qual o aposentado por invalidez reingressa no serviço público, após verificação por junta médica oficial de que não subsistem os motivos determinantes da aposentadoria.

§ 1º - A reversão far-se-á a pedido ou de ofício.

§ 2º - O aposentado não poderá reverter à atividade se contar mais de 70 (setenta) anos de idade.

§ 3º - Será cassada a aposentadoria do servidor que, após a reversão, não entrar em exercício no prazo de 30 (trinta) dias a contar da publicação do respectivo ato.

**Art. 23** – A reversão far-se-á no mesmo cargo efetivo ou no cargo resultante de sua transformação.

Parágrafo único – Encontrando-se provido cargo, o servidor exercerá suas atribuições como excedente, até a ocorrência de vaga.

**Art. 24** – O servidor que retornar à atividade, após a cessação dos motivos que causaram a sua aposentadoria por invalidez, terá direito à contagem do tempo relativo ao período de afastamento para todos os fins, salvo para promoção.

## **CAPÍTULO VIII DOS ATOS COMPLETARES**

### **SEÇÃO I DA POSSE**

**Art. 25** – Posse é o ato que investe o cidadão no cargo público para o qual foi nomeado.

§ 1º - A posse dar-se-á pela assinatura do respectivo termo e preenchimento dos requisitos exigidos para o provimento do cargo a ser ocupado.

§ 2º - O cidadão prestará, no ato da posse, o compromisso de cumprir fielmente os deveres e atribuições inerentes ao cargo.

§ 3º - A posse ocorrerá no prazo de 30 (trinta) dias, contados da publicação do ato de nomeação, podendo esse prazo ser prorrogado esse prazo ser prorrogado por igual período, mediante solicitação fundamentada do interessado e despacho da autoridade competente.

§ 4º - A posse poderá ocorrer mediante procuração específica.

§ 5º - No ato da posse, o cidadão apresentará declaração de bens que constituam seu patrimônio e declarará o exercício ou não de outro cargo, emprego ou função pública.

§ 6º - Será tornado sem efeito o ato de provimento se a posse não ocorrer nos prazos previstos no § 3º deste artigo e nos parágrafos do artigo 26 desta Lei.

**Art. 26** – A posse em cargo público dependerá de prévia inspeção médica oficial.

§ 1º - Em se tratando de servidor licenciado por motivo de doença, acidentado do trabalho ou gestação, o prazo para posse será contado do término do impedimento.

§ 2º - O não servidor impedido temporariamente de tomar posse por motivo de saúde, retornará à junta médica no prazo estabelecido, até o limite de 60 (sessenta) dias contados da nomeação.

§ 3º - Nos caso de gestante não servidora, a posse ocorrerá no prazo máximo de 120 (cento e vinte) dias, contados da nomeação.

§ 4º - A posse será dada pelo Secretário Municipal de Administração.

§ 5º - A lotação do servidor nomeado e empossado será determinada pelo Secretário Municipal de Administração.

### **SEÇÃO II DO EXERCÍCIO**

**Art. 27** – Exercício é o efetivo desempenho das atribuições do cargo.

§ 1º - É de 10 (dez) dias o prazo para o servidor entrar em exercício, contado da data da posse, no caso de nomeação e data da publicação do ato, nos demais casos de provimento.

§ 2º - Será exonerado o servidor empossado que não entrar em exercício no prazo previsto no parágrafo anterior.

§ 3º - Cabe à autoridade competente do órgão para onde for designado o servidor dar-lhe exercício.

**Art. 28** – O início, a suspensão, a interrupção e o reinício do exercício serão registrados no assentamento individual do servidor.

### **TÍTULO III DA MOVIMENTAÇÃO DE PESSOAL**

#### **CAPÍTULO I DISPOSIÇÕES GERAIS**

**Art. 29** – São formas de movimentação pessoal:

I – remoção;

II – redistribuição;

III – disposição;

IV – readaptação

#### **CAPÍTULO II DA REMOÇÃO**

**Art. 30** – Remoção é o deslocamento do servidor de uma para outra secretária ou de uma para outra unidade dentro da mesma secretária, a pedido ou de ofício, podendo dar-se sob a forma de permuta.

§ 1º - Ao servidor efetivo em estágio probatório e ao detentor de função pública não se concederá remoção a pedido.

§ 2º - A remoção do servidor de uma secretária para outra, dar-se-á por ato do Secretário Municipal de Administração, ouvidos os titulares das respectivas pastas.

### **CAPÍTULO III DA REDISTRIBUIÇÃO**

**Art. 31** – Dar-se-á a redistribuição para ajustamento de quadro de pessoal às necessidades dos serviços, inclusive nos casos de reorganização, extinção ou criação de órgão.

Parágrafo único – Nos casos de extinção de órgão, os servidores estáveis que não puderem ser redistribuídos na forma deste artigo serão colocados em disponibilidade, com remuneração proporcional ao tempo de serviço, até seu aproveitamento na forma prevista nesta Lei.

### **CAPÍTULO IV DA DISPOSIÇÃO**

**Art. 32** – Disposição é a cessão do servidor para ter exercício, por prazo determinado, em órgão ou entidade diversa do quadro em que se encontrar lotado seu cargo, observada a conveniência do servidor.

**Art. 33** – A disposição poderá ocorrer para:

- I – quadro do Poder Legislativo Municipal;
- II – poder, órgão, ou entidade da União, do Estado ou outro Município;
- III – ONGs (Organizações Não Governamentais), OSCIPs (Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público), órgãos ou entidades de caráter assistencial e beneficente, sem fins lucrativos.

• *Inciso III com redação determinada pela Lei 4.157/2009.*

§ 1º - A disposição prevista no “caput” deste artigo poderá se dar com ou sem ônus para o Município.

• *§ 1º com redação determinada pela Lei 4.157/2009.*

§ 2º - A disposição que decorra do cumprimento de requisição prevista em lei federal, será com ônus para o Município, se a lei específica assim o determinar.

§ 3º - Na hipótese dos incisos II e III, a disposição far-se-á mediante convênio.

**Art. 34** – O ato de disposição é de competência do Prefeito Municipal não podendo haver delegação.

## **CAPÍTULO V DA READAPTAÇÃO**

**Art. 35** – Readaptação é o cometimento, ao servidor, de encargo compatível com a limitação que tenha sofrido em sua capacidade física ou mental, verificada em inspeção médica oficial e específica.

§ 1º - A readaptação se fará a pedido ou de ofício.

§ 2º - A readaptação não implicará acréscimo ou perda remuneratória e nem se caracteriza como provimento em outro cargo público.

- O Decreto nº 2.177, de 06 de dezembro de 2005, regulamenta o processo de readaptação de servidor público em virtude de alteração de seu estado de saúde.
- O Decreto nº 2.770, de 30 de dezembro de 2010 altera o Decreto nº 2.177, de 06 de dezembro de 2005.

## **TÍTULO V DO TEMPO DE SERVIÇO**

### **CAPÍTULO I DISPOSIÇÕES GERAIS**

**Art. 36** – A apuração do tempo de serviço será feita em dias, que serão convertidos em anos, considerando o ano como de 365 (trezentos e sessenta e cinco) dias.

**Art. 37** – São considerados de efetivo exercício os afastamentos do servidor por motivo de:

- I – férias regulamentares;
- II – casamento, por 8 (oito) dias consecutivos;
- III – falecimento do cônjuge ou companheiro, pais, madrasta ou padrasto, filhos, enteados, menor sob guarda ou tutela, por 5 (cinco) dias consecutivos;
- IV – falecimento de sogro, sogra, genro e nora, irmãos, avós e netos, por 3 (três) dias consecutivos;
- V – exercício de cargo em comissão em órgãos do Poder Executivo Municipal;
- VI – exercício de cargo em comissão em órgão ou entidades dos poderes da União e do Estado;
- VII – convocação para serviço militar;
- VIII – júri e outros serviços obrigatórios por lei;
- IX – desempenho de mandato eletivo federal, estadual ou municipal;
- X – licença ao servidor acidentado em serviço ou acometido de doença profissional;

XI – licença para tratamento de saúde;  
XII – licença à gestante, à adotante e em razão da paternidade;  
XIII – missão ou estudo de interesse da administração, em outros pontos do território nacional ou no exterior, quando o afastamento houver sido expressamente autorizado pelo Prefeito Municipal, com ônus para os cofres públicos municipais;  
XIV – no dia do seu aniversário;  
XV – por 1 (um) dia ao mês, em caso de doação de sangue;  
Parágrafo único – Na hipótese dos incisos V, VI, VII e IX, o tempo de serviço não será considerado para progressão e promoção.

• *Parágrafo único com redação determinada pela Lei 3.193/2004 – Anexo III.*

**Art. 38** – É vedada a soma de tempo de serviço simultaneamente prestado em dois ou mais cargos.

**Art. 39** – Para nenhum efeito será contado o tempo de serviço gratuito.

**Art. 40** – Contar-se-á para efeito de aposentadoria:

I – o tempo de serviço público prestado à União, aos Estados e outros municípios da administração direta e indireta, desde que não seja simultâneo;

II – o tempo correspondente ao desempenho de mandato eletivo federal, estadual e municipal;

III – o tempo de serviço militar, voluntário ou obrigatório;

IV – o tempo de contribuição para INSS, na administração pública e na atividade privada, rural e urbana, hipótese em que os diversos regimes de previdência se compensarão financeiramente, segundo critérios estabelecidos em lei.

## **CAPÍTULO II DA JORNADA DE TRABALHO**

**Art. 41** – A duração do trabalho normal do servidor público, estabelecida em lei ou regulamento, não poderá exceder a 8 (oito) horas diárias e 44 (quarenta e quatro) horas semanais.

Parágrafo único – É facultada a redução temporária da jornada de trabalho com adequação dos vencimentos à nova carga horária, para os fins do disposto no artigo 23 da Lei complementar nº 101, de 4 de maio de 2000 ( Lei de Responsabilidade Fiscal).

**Art. 42** – A frequência do servidor será apurada:

I – pelo registro diário de ponto; ou

II – segundo a forma determinada em regulamento, quanto aos servidores não sujeitos ao ponto.

Parágrafo único – Ponto é o registro do comparecimento do servidor ao trabalho e pelo qual se verifica, diariamente, a sua entrada e saída.

**Art. 43** – Salvo nos casos expressamente previstos em lei ou regulamento, é vedado dispensar o servidor do registro diário do ponto, abonar faltas ou reduzir-lhe a jornada de trabalho.

Parágrafo único – A infração do dispositivo no artigo anterior determinará a responsabilidade da autoridade que tiver expedido a ordem ou que a tiver consentido, sem prejuízo da ação disciplinar cabível.

**Art. 44** – O servidor perderá a remuneração:

I – do dia em que faltar ao serviço;

II – correspondente à fração de tempo de descumprimento da jornada de trabalho;

III – do dia destinado ao repouso semanal, do feriado ou do dia em que não houver expediente, na hipótese de faltas sucessivas ou intercaladas na semana que os antecede.

§ 1º - Para efeito do disposto no inciso II do artigo, arredondar-se-á para meia hora a fração de tempo inferior a 30 (trinta) minutos e, para 1 (uma) hora, a fração superior a 30 (trinta) minutos.

§ 2º - Consideram-se sucessivas as faltas cometidas em sequência, inclusive aquelas verificadas na sexta-feira de uma semana e na segunda-feira da semana imediatamente subsequente.

## **TÍTULO V DA VACÂNCIA**

### **CAPÍTULO I DISPOSIÇÕES GERAIS**

**Art. 45** – A vacância de cargo público de correrá de:

I – exoneração;

II – demissão;

III – promoção;

IV – aposentadoria;

V – posse em outro cargo inacumulável;

VI – falecimento.



## **CAPÍTULO II DA EXONERAÇÃO**

**Art. 46** – A exoneração de cargo efetivo dar-se-á quando:

- I – não forem satisfeitas as condições do estágio probatório;
- II – tendo tomado posse, o servidor não entrar em exercício no prazo estabelecido;
- III – a pedido do servidor.

**Art. 47** – A exoneração de cargo em comissão dar-se-á:

- I – a juízo da autoridade competente; ou
- II – a pedido do próprio servidor.

## **CAPÍTULO III DA DEMISSÃO**

**Art. 48** – A demissão será aplicada como penalidade, observado o disposto nesta Lei.

## **CAPÍTULO IV DA APOSENTADORIA**

### **SEÇÃO I DISPOSIÇÕES GERAIS**

**Art. 49** – O servidor terá direito ao benefício da aposentadoria, nas seguintes condições:

I – por invalidez permanente, sendo os proventos proporcionais ao tempo de contribuição, exceto se decorrente de acidente em serviço moléstia profissional ou doença grave, contagiosa ou incurável, especificadas em lei, quando os proventos serão integrais;

- *Inciso I com redação determinada pela Lei 3.193/2004 – Anexo III.*

II – compulsoriamente, aos 70 (setenta) anos de idade, com proventos proporcionais ao tempo de contribuição.

- *Inciso II com redação determinada pela Lei 3.193/2004 – Anexo III.*

III – voluntariamente, desde que cumprido tempo mínimo de 10 (dez) anos de efetivo exercício no serviço público e 5 (cinco) anos no cargo efetivo em que se dará a aposentadoria, observadas as seguintes condições:

a) 60 (sessenta) anos de idade e 35 (trinta e cinco) de contribuição, se homem, e 55 (cinquenta e cinco) anos de idade e 30 (trinta) de contribuição, se mulher;

• *Alínea a com redação determinada pela Lei 3.193/2004 – Anexo III.*

b) 65 (sessenta e cinco) anos de idade, se homem, e 60 (sessenta) anos de idade, se mulher, com proventos proporcionais ao tempo de contribuição;

• *Alínea b com redação determinada pela Lei 3.193/2004 – Anexo III.*

c) 55 (cinquenta e cinco) anos de idade e 30 (trinta) de contribuição, se professor, e 50 (cinquenta) anos de idade e 25 (vinte e cinco), se professora, que comprovem exclusivamente tempo de efetivo exercício das funções de magistério na educação infantil e no ensino fundamental e médio.

• *Alínea c com redação determinada pela Lei 3.193/2004 – Anexo III.*

§ 1º - Os proventos de aposentadoria e as pensões, por ocasião da sua concessão, não poderão exceder a remuneração do respectivo servidor, no cargo efetivo em que se deu aposentadoria ou que serviu de referência para a concessão da pensão.

§ 2º - Os proventos de aposentadoria, por ocasião da sua concessão, serão calculados com base na remuneração do servidor no cargo efetivo em que se der a aposentadoria e, na forma da lei, corresponderão à totalidade da remuneração.

§ 3º - É vedada a adoção de requisitos e critérios diferenciados para a concessão de aposentadoria, ressalvados os casos de atividades exercidas exclusivamente sob condições especiais que prejudiquem a saúde ou a integridade física, definidos em lei complementar federal.

§ 4º - Ressalvadas as aposentadorias decorrentes dos cargos acumuláveis na forma da Constituição Federal, é vedada a percepção de mais de uma aposentadoria à conta de único regime previdenciário.

§ 5ª – Considera-se acidente em serviço o evento danoso que determine lesão corporal, levando à perda ou restrição permanente da capacidade laborativa, e que tenha como causa mediata ou imediata o exercício das atribuições inerentes ao cargo.

§ 6º - Equipara-se a acidente de serviço:

I – a agressão sofrida e não provocada pelo servidor no exercício de suas atribuições, que, embora não tenha sido causa única, haja contribuído para a perda ou redução de sua capacidade para o trabalho;

II – o acidente sofrido pelo servidor no percurso da residência para o local de trabalho ou deste para aquela.

§ 7º - A prova do acidente será feita em processo especial, no prazo de 8 (oito) dias, prorrogável quando as circunstâncias o exigirem.

§ 8º - Entende-se por moléstia profissional a que decorrer das condições do serviço ou de fatos nele ocorridos, que exponham o servidor a agentes patógenos próprios da atividade, devendo o laudo médico estabelecer-lhe a rigorosa caracterização.

§ 9º – Consideram-se doenças graves, contagiosas ou incuráveis, a que se refere o inciso I deste artigo: quadros psicóticos orgânicos; psicoses endógenas; neoplasias malignas; cegueira profissional posterior ao ingresso no serviço público;

hanseníase; cardiopatia grave; pênfigo foliáceo ou vulgar; espondiloartrose anquilosante; osteíte deformante (doença de Paget); insuficiência renal crônica; síndrome de imunodeficiência adquirida – Aids; doenças desmielinizantes e degenerativas do sistema nervoso central; paralisias de qualquer etiologia irreversíveis, que prejudiquem ou impeçam a locomoção; lúpus eritematoso sistêmico; artrite reumatoide; doença pulmonar obstrutiva crônica avançada; diabetes mellitus grave com complicações renais, circulatórias ou neurológicas irreversíveis, e outras que a lei venha a indicar com base na medicina especializada.

§ 10 – A aposentadoria por invalidez será precedida de licença para tratamento de saúde por período não excedente a 24 (vinte e quatro) meses.

§ 11 – Expirado o período de licença e não estando em condições de reassumir o cargo ou de ser readaptado, o servidor será aposentado.

§ 12 – O servidor aposentado por invalidez será submetido, periodicamente, a inspeção médica, conforme se dispuser em regulamento.

§ 13 – O servidor aposentado por invalidez não poderá dedicar-se a qualquer atividade remunerada, sob pena de ter a aposentadoria cassada.

**Art. 50** – Nos casos de exercício de atividades consideradas penosas, insalubres ou perigosas, observar-se-ão, quanto à aposentadoria, às exceções que venham a ser estabelecidas em lei complementar federal, nos termos da Constituição da República.

**Art. 51** – A aposentadoria compulsória terá vigência a partir do dia imediato àquele em que o servidor atingir a idade-limite de permanência no serviço ativo.

**Art. 52** – A aposentadoria voluntária ou por invalidez vigorará a partir da data da publicação do respectivo ato.

§ 1º – No caso de aposentadoria voluntária, é assegurado ao servidor afastar-se da atividade, a partir da data do requerimento da aposentadoria, e sua não-concessão importará a reposição do período de afastamento.

§ 2º – O lapso de tempo compreendido entre o término da licença para tratamento de saúde e a publicação do ato de aposentadoria por invalidez será considerado como de prorrogação da licença.

**Art. 53** – Os proventos da aposentadoria serão revistos, na mesma proporção e na mesma data, sempre que se modificar a remuneração dos servidores em atividade, na forma da Lei.

Parágrafo único – São estendidos aos inativos quaisquer benefícios ou vantagens posteriormente concedidos aos servidores em atividade, inclusive quando decorrentes de transformação ou reclassificação do cargo em que se tenha dado a aposentadoria.

## **SEÇÃO II DA RENÚNCIA À APOSENTADORIA**

**Art. 54** – Ao servidor aposentado voluntariamente fica assegurada a renúncia à aposentadoria, hipótese em que será garantida, apenas, a contagem de tempo de serviço que tenha dado origem benefício.

Parágrafo único – A renúncia de que trata este artigo implica a automática suspensão do pagamento dos proventos e não gera, em hipótese alguma, o retorno do servidor ao exercício do cargo em que se deu a aposentadoria.

## **CAPÍTULO V DA PENSÃO**

**Art. 55** – Por morte do servidor ou do aposentado, os seus dependentes fazem jus a pensão de valor correspondente ao da respectiva remuneração ou provento, a partir da data do óbito.

§ 1º - O direito ao benefício da pensão por morte não prescreverá, mas prescreverão as prestações respectivas não reclamadas no prazo de 5 (cinco) anos contados da data em que forem devidas.

§ 2º - A pensão distingue-se, quanto à sua natureza, em vitalícia e temporária, e se extinguirá, em ambos os casos, com a cessação do motivo que lhe tenha dado causa, conforme disposto em lei específica.

Parágrafo único – A pensão vitalícia é devida ao cônjuge ou ao dependente incapaz, e a pensão temporária é devida aos demais dependentes.

## **TÍTULO VI DOS DIREITOS, DAS VANTAGENS E DAS CONCESSÕES**

### **CAPÍTULO I DO VENCIMENTO E DA REMUNERAÇÃO**

**Art. 56** – Vencimento é a retribuição pecuniária fixada em lei, a que tem direito o servidor pelo exercício de cargo público.

Parágrafo único – A fixação dos padrões de vencimento observará a natureza, o grau de responsabilidade, a complexidade, os requisitos para investidura e as peculiaridades dos cargos.

**Art. 57** – Remuneração é o vencimento do cargo, acrescido das vantagens pecuniárias permanentes ou temporárias estabelecidas em lei.

§ 1º - O vencimento do cargo é irredutível, observado o disposto no art. 37, inciso XV da Constituição Federal e no § 2º do artigo 23 da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000.

- § 1º com redação determinada pela Lei 3.193/2004 – Anexo III.

§ 2º - A remuneração dos servidores somente poderá ser fixada ou alterada por lei específica, assegurada a revisão geral anual, sempre na mesma data e sem distinção de índices.

**Art. 58** – A remuneração do servidor público do Município, percebida cumulativamente ou não, incluídas as vantagens pessoais ou de qualquer natureza, não poderá exceder o subsídio mensal, em espécie, do Prefeito Municipal.

**Art. 59** – Salvo por imposição legal ou mandado judicial, nenhum desconto incidirá sobre a remuneração ou provento.

Parágrafo único – Poderá haver consignação em folha de pagamento, mediante autorização do servidor, nos termos de regulamento.

- O Decreto 2.329, de 14 de março de 2007, regulamenta a consignação em folha de pagamento de servidor.

**Art. 60** – As reposições e indenizações ao erário poderão ser descontadas em parcelas mensais, na forma de regulamento.

**Art. 61** – O débito com erário, de servidor que for demitido, exonerado, ou que tiver a sua aposentadoria ou disponibilidade cassadas, será deduzido de seu crédito financeiro com o Município, devendo o saldo devedor, se houver, ser quitado dentro de 60 (sessenta) dias, sob pena de sua inscrição em dívida ativa.

**Art. 62** – O vencimento, a remuneração e o provento não serão objeto de arresto, sequestro ou penhora, exceto nos casos de prestação de alimentos resultantes de decisão judicial.

**Art. 63** – Nenhum servidor poderá perceber, mensalmente, pelo exercício do cargo ou função, vencimento inferior ao salário mínimo vigente no País, observada a jornada normal de trabalho.

## **CAPÍTULO II DAS VANTAGENS**

### **SEÇÃO I DISPOSIÇÕES GERAIS**

**Art. 64** – Além do vencimento, poderão ser pagas ao servidor as seguintes vantagens:

- I – indenizações;
- II – gratificações;
- III – adicionais;
- IV – abono família.

§ 1º - As indenizações não se incorporam ao vencimento ou provento para qualquer efeito.

§ 2º - As gratificações e os adicionais incorporam-se ao vencimento ou provento, nos casos e condições indicados em lei.

**Art. 65** – É vedada a vinculação ou equiparação de quaisquer espécies remuneratórias para o efeito de remuneração pessoal.

Parágrafo único – Os acréscimos pecuniários percebidos por servidor público não serão computados nem acumulados, para fins de concessão e acréscimos ulteriores.

### **SEÇÃO II DAS INDENIZAÇÕES**

**Art. 66** – Constituem indenizações ao servidor:

- I – diária;
- II – transporte;
- III – outras que a lei indicar.

**Art. 67** – Os valores das indenizações e as condições para a sua concessão serão estabelecidos em regulamento, observados os limites previstos nesta Lei.

## **SUBSEÇÃO I DAS DIÁRIAS**

**Art. 68** – O servidor que, a serviço, se afastar do Município em caráter eventual ou transitório, para outro ponto do território nacional, fará jus a diárias, para cobrir as despesas de pousada, alimentação e locomoção urbana.

§ 1º - A diária será concedida por dia de afastamento, sendo devida pela metade quando o deslocamento não exigir pernoite fora do Município.

§ 2º - A diária será paga antecipadamente e, em qualquer caso, estará sujeita a posterior comprovação.

**Art. 69** – O servidor que receber diária e não se afastar do Município, por qualquer motivo, fica obrigado a restituí-la integralmente, no prazo de 3 (três) dias.

Parágrafo único – Na hipótese de o servidor retornar ao Município em prazo menor do que o previsto para o seu afastamento, restituirá a diária recebida em excesso, no prazo estabelecido no artigo.

- *O Decreto nº 2.432, de 18 de dezembro de 2007, dispõe sobre viagem a serviço e concessão de diária a servidor dos órgãos da Administração Pública Direta, Autárquica e Fundacional.*

## **SUBSEÇÃO II DA INDENIZAÇÃO DE TRANSPORTE**

**Art. 70** – O servidor que, a serviço, afastar-se da sede do município fará jus às passagens necessárias para o seu deslocamento.

Parágrafo único – Poderá ser concedida indenização ao servidor que realizar despesas com transporte para a execução de serviços fora da sede, em situações inadiáveis e excepcionais, conforme se dispuser em regulamento.

## **SEÇÃO III DO ABONO-FAMÍLIA**

**Art. 71** – O abono-família é devido ao servidor ativo ou ao inativo, por dependente econômico, à razão de 1% (um por cento) sobre o menor vencimento básico pago pela municipalidade.

§ 1º - Somente terá direito ao abono-família o servidor que perceba até duas vezes o menor vencimento básico para municipalidade.

§ 2º - Consideram-se dependentes econômicos, para efeito de concessão do abono família:

I – o cônjuge ou companheiro e os filhos, inclusive os enteados, até 18 (dezoito) anos de idade ou, se estudante, até 24 (vinte e quatro) anos ou, se inválido, de qualquer idade;

II – o menor de 18 (dezoito) anos que, mediante autorização judicial, viva na companhia e às expensas do servidor, ou do inativo.

**Art. 72** – Não se configura a dependência econômica quando o beneficiário do abono-família perceber rendimento de trabalho ou de qualquer outra fonte, inclusive pensão ou provento da aposentadoria, em valor igual ou superior ao menor vencimento básico da municipalidade.

**Art. 73** – Quando pai e mãe forem servidores públicos, o abono-família será pago a um deles, e, se separados, as cotas a que faziam jus serão atribuídas àquele a cujo cargo ficar a guarda do dependente.

Parágrafo único – ao pai e à mãe equiparam-se o padrasto e a madrasta, e, na falta deles, os representantes legais dos incapazes.

**Art. 74** – O abono-família não está sujeito a quaisquer tributos, nem servirá de base para qualquer contribuição, inclusive para a seguridade social.

## **SEÇÃO IV DAS GRATIFICAÇÕES**

**Art. 75** – Poderão ser deferidas ao servidor as seguintes gratificações:

I – pelo exercício de cargo de direção, chefia e assessoramento.

II – como estímulo à produção individual;

- *O Decreto nº 2.410, de 29 de outubro de 2007, dispõe sobre gratificação por estímulo individual.*
- *O Decreto nº 2.413, de 29 de outubro de 2007, dispõe sobre a concessão de gratificação por estímulo à produção individual relativo à necessidade de servidores pernovernarem na zona rural.*
- *O Decreto nº 2.505, de 19 de junho de 2008, dispõe sobre a concessão de gratificação como estímulo a produção individual ao servidor ocupante do cargo de operador de máquinas pesadas.*

III – como estímulo à produção coletiva;

IV – natalina;

V – outras que forem criadas por lei.

**Art. 76** – A gratificação natalina corresponde a 1/12 (um doze avos) da remuneração a que o servidor fizer jus no mês de dezembro, por mês de exercício no respectivo ano.

§ 1º - Considera-se mês integral a fração igual ou superior a 15 (quinze) dias.



§ 2º - A gratificação natalina será paga até o dia 20 de dezembro de cada ano, facultando o pagamento, a título de adiantamento, de 50% (cinquenta por cento) da gratificação no período de fevereiro a novembro de cada ano.

**Art. 77** – O servidor exonerado perceberá a gratificação natalina, proporcionalmente aos meses de exercício, calculada sobre a remuneração do mês da exoneração.

**Art. 78** – A gratificação natalina não será considerada para cálculo de qualquer vantagem pecuniária.

**Art. 79** – As gratificações previstas nos incisos I, II e III do artigo 75 serão disciplinadas por Decreto expedido pelo Chefe do Poder Executivo, observada as diretrizes fixadas em lei, nos seguintes percentuais:

- *Caput com redação determinada pela Lei 3.333/2004.*
- *O Decreto nº 2.081/2004, dispõe sobre critérios para cálculo de produtividade dos assistentes de fiscalização lotados na divisão de atividades urbanas da Secretária de Atividades e Serviços Urbanos.*

a) do inciso I, de até 150% (cento e cinquenta por cento) sobre o vencimento básico;

b) do inciso II, de até 100% (cem por cento) do vencimento básico do cargo efetivo ocupado pelo beneficiário da gratificação;

- *Alínea b com redação determinada pela Lei 3.333/2004*

c) do inciso III, de até 50% (cinquenta por cento) da média dos vencimentos básicos dos componentes da equipe de trabalho para cada um de seus membros;

- *Alínea c com redação determinada pela Lei 3.333/2004.*

Parágrafo Único – A gratificação prevista na alínea “b” deste artigo poderá atingir o limite de até duas vezes o vencimento básico do cargo efetivo ocupado pelo beneficiário, quando se tratar de atividades de fiscalização fazendária.

- *Parágrafo único com redação determinada pela Lei 3.333/2004.*

- *A Lei nº 3.587, de 22 de junho de 2006, autoriza o poder executivo a conceder a gratificação denominada “Pó-de-giz”.*
- *A Lei nº 3.588, de 22 de junho de 2008, institui gratificação, autoriza o poder executivo a concedê-la e dá outras providências.*

## **SEÇÃO V DOS ADICIONAIS**

### **SUBSEÇÃO I DISPOSIÇÕES GERAIS**

**Art. 80** – Serão deferidos ao servidor, na forma da lei, os seguintes adicionais:

- I – pela prestação de serviço extraordinário;
- II – pela prestação de trabalho noturno;
- III – de férias.

### **SUBSEÇÃO II DO ADICIONAL POR SERVIÇO EXTRAORDINÁRIO**

**Art. 81** – O serviço extraordinário será remunerado com acréscimo de 50% (cinquenta por cento) em relação ao valor da hora normal de trabalho.

§ 1º - Somente será permitido serviço extraordinário mediante autorização do Prefeito, através de Portaria, para atender a situações excepcionais e temporárias, respeitado o limite máximo de 2 (duas) horas diárias, podendo ser prorrogado por igual período, diante de situações inadiáveis cuja inexecução possa acarretar prejuízos irreparáveis.

§2º - O adicional por serviço extraordinário não integra a remuneração, nem serve de base de cálculo para nenhum efeito, salvo nos casos em que a lei dispuser em contrário.

§ 3º - Não poderá receber gratificação por serviço extraordinário:

- I – o ocupante de cargo em comissão ou função gratificada;
- II – o servidor que, por qualquer motivo, não se encontre no exercício do cargo.

### **SUBSEÇÃO III DO ADICIONAL NOTURNO**

**Art. 82** – O serviço noturno, prestado em horário compreendido entre 22 (vinte e duas) horas de um dia e 5 (cinco) horas do dia seguinte, terá o valor-hora normal de trabalho acrescido de 25% (vinte e cinco por cento).

## **SUBSEÇÃO IV DO ADICIONAL DE FÉRIAS**

**Art. 83** – Será pago ao servidor, por ocasião das férias, adicional correspondente a 1/3 (um terço) da remuneração mensal.

## **SEÇÃO VI DE OUTRAS VANTAGENS PECUNIÁRIAS**

**Art. 84** – O servidor poderá receber, ainda, as seguintes vantagens pecuniárias, de acordo com regulamento:

- *Caput com redação determinada pela Lei 3.193/2004 – Anexo III.*

a) pelo exercício de docência ou de função auxiliar em programa de desenvolvimento de recursos humanos, desde que não correspondam às atribuições específicas do cargo ocupado;

- *O Decreto nº 2.160, de 15 de setembro de 2005, regulamenta o pagamento ao servidor municipal, como vantagem pecuniária, pelo exercício de docência ou de função auxiliar em programas de desenvolvimento de recursos humanos.*

b) pela elaboração de trabalhos técnicos de especial interesse do serviço público municipal, desde que não correspondam às atribuições específicas do cargo ocupado;

- *O Decreto nº 2.414, de 01 de novembro de 2007, regulamenta o pagamento ao servidor municipal, como vantagem pecuniária, pela elaboração de trabalhos técnicos de especial interesse do serviço público municipal.*

c) pela participação em órgão de deliberação coletiva.

## **CAPÍTULO III DAS FÉRIAS**

**Art. 85** – O servidor gozará, por ano, obrigatoriamente, 30 (trinta) dias consecutivos de férias, sem prejuízo da remuneração.

§ 1º - Excepcionalmente, no caso de comprovada necessidade do serviço, as férias poderão ser acumuladas até o máximo de 2 (dois) períodos, ressalvado o disposto no artigo 87, e nas hipóteses em que haja legislação específica.

§ 2º - As férias serão concedidas de acordo com a conveniência do serviço, observada a escala que for organizada em dezembro de cada ano, para o ano subsequente, não se permitindo a liberação, em um só mês, de mais de 1/3 (um terço) dos servidores de cada unidade administrativa.

§ 3º - Para o primeiro período aquisitivo de férias serão exigidos 12 (doze) meses de exercício, podendo, nos períodos seguintes, ser concedidos a partir do 11º (décimo primeiro) mês.

§ 4º - O servidor estudante terá o direito de fazer coincidir suas férias com as férias escolares.

§ 5º - As faltas do servidor, sem amparo legal, durante o período aquisitivo, serão descontadas das férias até o limite de 15 (quinze) dias.

§ 6º - O servidor que gozar de licença sem vencimento, ao retornar ao serviço, somente obterá direito às férias após 12 (doze) meses de exercício.

§ 7º - Em casos excepcionais, a critério da Administração, poderão as férias ser concedidas em 2 (dois) períodos, sendo que nenhum deles poderá ser inferior a 10 (dez) dias consecutivos.

**Art. 86** – O pagamento do adicional de 1/3 (um terço) de que trata o artigo 83 desta Lei, será efetuado juntamente com a remuneração relativa ao mês imediatamente anterior ao gozo das férias.

**Art. 87** – O servidor que opere, direta e permanentemente, com raio X ou substância radioativa, gozará 20 (vinte) dias consecutivos de férias por semestre de atividade profissional, proibida em qualquer hipótese a acumulação.

**Art. 88** – As férias somente poderão ser interrompidas por motivo de superior interesse público.

**Art. 89** – O servidor transferido quando em gozo de férias não será obrigado a apresentar-se antes de termina-las.

**Art. 90** – Em caso de exoneração ou demissão do servidor, ser-lhe-á paga a remuneração correspondente ao período de férias, cujo direito tenha adquirido.

## **CAPÍTULO IV DOS AFASTAMENTOS**

### **SEÇÃO I DISPOSIÇÕES GERAIS**

**Art. 91** – O servidor será afastado do cargo para:

- I – exercício de cargo de provimento em comissão;
- II – exercício de mandato eletivo;
- III – atividade político-partidária.

## **SEÇÃO II**

### **DO AFASTAMENTO PARA EXERCÍCIO DE CARGO EM COMISSÃO**

**Art. 92** – O servidor investido em cargo de provimento em comissão da administração direta, fica automaticamente afastado do exercício de seu cargo efetivo ou função pública, enquanto durar o comissionamento.

## **SEÇÃO III**

### **DO AFASTAMENTO PARA EXERCÍCIO DE MANDATO ELETIVO**

**Art. 93** – Ao servidor público da administração direta, autárquica ou fundacional investido em mandato eletivo implicam-se as seguintes disposições:

I – tratando-se de mandato federal ou estadual, ficará afastado do cargo;

II – investido no mandato de Prefeito, será afastado do cargo, sendo-lhe facultado optar pela sua remuneração;

III – investido no mandato de Vereador:

a) havendo compatibilidade de horário, manter-se-á em exercício e perceberá as vantagens do seu cargo, sem prejuízo do subsídio do cargo eletivo;

b) não havendo compatibilidade de horário, será afastado do cargo ou função, sendo-lhe facultado optar pela sua remuneração.

Parágrafo único – Em qualquer caso que exija o afastamento do servidor para exercício de mandato eletivo o seu tempo de serviço será contado para todos os efeitos legais, exceto para progressão e promoção por merecimento.

• *Parágrafo único com redação determinada pela Lei 3.193/2004 – Anexo III.*

## **SEÇÃO IV**

### **DO AFASTAMENTO PARA ATIVIDADE POLÍTICO-PARTIDÁRIA**

**Art. 94** – O afastamento do servidor que se a candidatar a cargo eletivo observará o que dispuser a legislação eleitoral.

Parágrafo único – Configurada fraude no afastamento de que trata o artigo, o servidor devolverá aos cofres públicos a remuneração que tenha recebido durante o afastamento, sem prejuízo de outras sanções cabíveis.

## **CAPÍTULO V DAS LICENÇAS**

### **SEÇÃO I DISPOSIÇÕES GERAIS**

**Art. 95** – Conceder-se-á licença ao servidor:

- I – para tratamento de saúde;
- II – quando acidentado no exercício de suas atribuições ou acometido de doença profissional;
- III – por motivo de doença em pessoa de sua família;
- IV – por motivo de gestação, adoção, guarda judicial ou em razão de paternidade;
- V – para serviço militar;
- VI – para tratar de interesses particulares;
- VII – para desempenho de mandato eletivo em diretoria de entidade sindical;
- VIII – para acompanhar cônjuge ou companheiro.

**Art. 96** – O servidor não poderá permanecer em licença da mesma espécie por prazo superior a 24 (vinte e quatro) meses, salvo nos casos dos incisos V, VI, VII e VIII, do artigo anterior.

• *Caput com redação determinada pela Lei 3.193/2004 – Anexo III.*

Parágrafo único – Finda a licença, o servidor reassumirá, imediatamente, o exercício do cargo.

**Art. 97** – É vedado o exercício de atividade remunerada durante o período das licenças previstas nos incisos I, II, III e IV do artigo 95.

**Art. 98** – As licenças concedidas dentro de 30 (trinta) dias contado do término da anterior serão consideradas prorrogação.

**Art. 99** – O servidor poderá gozar licença onde lhe convier, ficando obrigado, por escrito, o seu endereço, à unidade de pessoal do órgão a que estiver vinculado.

### **SEÇÃO II DA LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE**

**Art. 100** – Será concedida ao servidor licença para tratamento de saúde, por motivo de doença, acidente em serviço ou moléstia profissional, a pedido ou de

ofício, com base em perícia médica, sem prejuízo da remuneração, e pelo prazo indicado no laudo ou atestado médico oficiais.

§ 1º - Em qualquer hipótese, é indispensável, para a concessão da licença, a inspeção médica.

§ 2º - Estando o servidor impossibilitado de locomover-se, a inspeção médica será realizada em sua residência ou no hospital onde esteja em tratamento.

§ 3º - O servidor licenciado para tratamento de saúde não poderá dedicar-se a qualquer atividade remunerada, sob pena de ter cassada a licença.

§ 4º - O exame para a concessão da licença será feito por médico credenciado pelo Município.

§ 5º - O atestado ou laudo passado por médicos do trabalho só produzirá efeitos depois de homologado pela Secretaria Municipal de Administração.

§ 6º - As licenças superiores a 15 (quinze) dias dependerão de exame do servidor por médico do Instituto de Previdência ao qual estiver vinculado.

§ 7º - No curso da licença, poderá o servidor requerer exame médico, caso se julgue em condições de reassumir o exercício.

§ 8º - considerado apto em exame médico, o servidor licenciado assumirá o exercício de suas funções, sob pena de se apurarem, como faltas injustificadas, os dias de ausência.

§ 9º - A licença a servidor acometido de doença prevista no § 9º do art. 49 desta lei será concedida com base nas conclusões da medicina especializada, quando o exame médico não concluir pela concessão imediata da aposentadoria.

**Art. 101** – A licença para tratamento de saúde é disciplinada em decreto.

- *O Decreto nº 2.176 de 06 de dezembro de 2005, regulamenta a concessão, aos servidores municipais, da licença para tratamento de saúde.*

### **SEÇÃO III**

#### **DA LICENÇA POR MOTIVO DE DOENÇA EM PESSOA DA FAMÍLIA**

**Art. 102** – O servidor poderá obter licença por motivo de doença nas pessoas de seus ascendentes ou descendentes em linha direta, além de irmãos, cônjuge ou companheiro (a), mediante laudo médico oficial e comprovação da necessidade de sua assistência pessoal e permanente.

- *Caput com redação determinada pela Lei 3.831/2007.*

Parágrafo Único – A licença de que trata este artigo será concedida com remuneração nos casos e condições estabelecidas em regulamento a ser expedidos pelo chefe do Poder Executivo.

- *Parágrafo único acrescentado pela Lei 3.831/2007.*

- *O Decreto nº 2.571, de 22 de dezembro de 2008, regulamenta a licença por motivo de doença em pessoa da família.*

## **SEÇÃO IV**

### **DA LICENÇA À GESTANTE, À ADOTANTE E DA LICENÇA-PATERNIDADE**

**Art. 103** – Será concedida licença a servidora gestante, por 120 (cento e vinte) dias consecutivos, sem prejuízo da remuneração.

§ 1º - A licença poderá ter início no primeiro dia do nono mês de gestação, salvo antecipação por prescrição médica.

§ 2º - No caso de nascimento prematuro, a licença terá início a contar do parto.

§ 3º - No caso de natimorto, decorridos 30 (trinta) dias do evento, a servidora será submetida a exame médico e, se julgada apta, reassumirá o exercício.

§ 4º - No caso de aborto atestado por médico oficial, a servidora terá direito a 30 (trinta) dias de licença remunerada.

**Art. 104** – Pelo nascimento ou adoção de filhos, o servidor terá direito à licença-paternidade de 5 (cinco) dias consecutivos.

**Art. 105** – Para amamentar o próprio filho até a idade de seis meses, a servidora lactante terá direito, durante a jornada de trabalho, a intervalo de 30 (trinta) minutos por tuno.

**Art. 106** – À servidora que adotar ou obtiver guarda judicial de criança até 1 (um) ano de idade serão concedidos 60 (sessenta) dias de licença remunerada.

Parágrafo único – No caso de adoção ou guarda judicial de criança com mais de 1 (um) ano e menos de 6 (seis) anos de idade, o prazo de que trata este artigo será de 15 (quinze) dias.

## **SEÇÃO V**

### **DA LICENÇA PARA O SERVIÇO MILITAR**

**Art. 107** – Ao servidor que for convocado para o serviço militar e outros encargos da segurança nacional será concedida licença com vencimentos ou remuneração integrais.

§ 1º - A licença será concedida mediante comunicação, por escrito, do servidor ao chefe ou diretor da repartição de lotação, acompanhada de documento oficial que comprove a incorporação.

§ 2º - Dos vencimentos ou remuneração, descontar-se-á a importância que o servidor perceber na condição de incorporado, salvo se optar pelo soldo do serviço militar.



§ 3º - O servidor desincorporado, reassumirá dentro de 30 (trinta) dias consecutivos, o exercício de seu cargo, sob pena de perda dos vencimentos ou remuneração e, se a ausência exceder àquele prazo, de demissão por abandono de cargo.

**Art. 108** – Ao servidor oficial da reserva das forças armadas será também concedida licença, com vencimentos ou remuneração integrais, durante os estágios previstos nos regulamentos militares, quando não perceber qualquer vantagem pecuniária pela convocação.

Parágrafo único – Quando o estágio for remunerado, assegurar-se-á ao servidor o direito de opção.

## **SEÇÃO VI**

### **DA LICENÇA PARA TRATAR DE INTERESSES PARTICULARES**

**Art. 109** – Ao servidor estável poderá ser concedida, a critério da Administração, licença sem remuneração, para tratar de interesses particulares, pelo prazo de até 2 (dois) anos consecutivos, prorrogável por igual período.

§ 1º - Protocolado o requerimento, devidamente instruído, o servidor deverá aguardar em exercício, por 15 (quinze) dias consecutivos, a concessão da licença.

§ 2º - Vencido o prazo previsto no parágrafo anterior e não publicado o respectivo ato, o servidor será liberado, sem remuneração, pelo período solicitado.

**Art. 110** – A licença poderá ser interrompida, a qualquer tempo, a pedido do servidor ou no interesse do serviço.

**Art. 111** – A concessão de nova licença somente ocorrerá após decorrido período de efetivo exercício igual ou superior ao da licença anterior.

**Art. 112** - Não se concederá licença ao servidor:

- I – que esteja sujeito a indenização ou devolução aos cofres públicos;
- II – na condição de ocupante de cargo de provimento em comissão, salvo se requerer exoneração;
- III – que esteja respondendo a processo administrativo disciplinar.

## **SEÇÃO VII**

### **DA LICENÇA PARA ACOMPANHAR CÔNJUGE OU COMPANHEIRO**

**Art. 113** – Poderá ser concedida licença ao servidor para acompanhar o cônjuge ou companheiro que, servidor público, for mandado servir,

independentemente de solicitação, em outro ponto do Estado, do território nacional ou no exterior, ou quando for cumprir mandato eletivo.

§ 1º - A licença será concedida sem remuneração, mediante período devidamente instruído, e vigorará pelo prazo de até 2 (dois) anos.

§ 2º - Findo o prazo a que se refere o parágrafo anterior, e persistindo as razões do afastamento, a licença poderá ser prorrogada no máximo por igual período, e somente poderá ser renovada após cumprido igual período de efetivo exercício.

§ 3º - Decorrido o prazo de prorrogação da licença, e não tendo o servidor reassumido o exercício, poderá ser demitido por abandono de cargo, mediante processo administrativo.

## **SEÇÃO VIII**

### **DA LICENÇA PARA DESEMPENHO DE MANDATO SINDICAL OU REPRESENTAÇÃO**

**Art. 114** – É assegurado ao servidor o direito à licença para o exercício de mandato eletivo em diretoria de entidade sindical da categoria do servidor público de âmbito municipal, sem prejuízo da remuneração de seu cargo, na forma de regulamento.

§ 1º - Somente poderão ser licenciados servidores eleitos para cargos de direção nas referidas entidades, até o máximo de 2 (dois) por entidade.

§ 2º - A licença terá duração igual à do mandato, podendo ser prorrogada, no caso de reeleição.

## **CAPÍTULO VI**

### **DA ESTABILIDADE**

**Art. 115** – O servidor habilitado em concurso público e empossado em cargo de provimento efetivo adquirirá estabilidade no serviço público ao completar 3 (três) anos de efetivo exercício.

Parágrafo único – Como condição para a aquisição da estabilidade, é obrigatória a avaliação especial de desempenho por comissão instituída pra essa finalidade.

**Art. 116** – O servidor público estável só perderá o cargo:

I – em virtude de sentença judicial transitada em julgado;

II – mediante processo administrativo no qual lhe seja assegurada ampla defesa;

III – mediante procedimento de avaliação periódica de desempenho, na forma da lei, assegurada ampla defesa.

## **CAPÍTULO VII DAS CONCESSÕES**

**Art. 117** – Sem prejuízo da remuneração, poderá ausentar-se do serviço:

I – no dia do seu aniversário;

II – por 1 (um) dia ao mês, em caso de doação de sangue;

III – por 1 (um) dia, a fim de se alistar eleitor;

IV – por 8 (oito) dias consecutivos, em razão de seu casamento;

V – por 5 (cinco) dias consecutivos, em razão de falecimento do cônjuge, companheiro, ascendente ou descendente, madrasta ou padrasto, enteados, menor sob guarda ou tutela;

VI – por 3 (três) dias consecutivos, em razão de falecimento de irmãos, avós, sogra, sogro, genro e netos.

**Art. 118** – Ao servidor estudante poderá ser concedido horário especial, quando comprovada incompatibilidade entre horário escolar e o da repartição, sem prejuízo do exercício das atribuições do cargo, obedecidas as seguintes condições:

I – Deverá apresentar ao Setor de Pessoal atestado fornecido pelo estabelecimento de ensino, comprovando a matrícula e declarando o horário das aulas;

II – deverá apresentar, mensalmente, atestado de frequência, fornecido pelo estabelecimento de ensino;

III – manterá em dia e em boa ordem os trabalhos que lhe forem confiados.

## **TÍTULO VII DO DIREITO DE PETIÇÃO E DOS RECURSOS**

### **CAPÍTULO I DO DIREITO DE PETIÇÃO**

**Art. 119** – É assegurado ao servidor o direito de requerer aos Poderes Públicos, em defesa de direito ou interesse legítimo.

**Art. 120** – O requerimento será dirigido à autoridade competente para decidi-lo e encaminhado por intermédio daquela a que estiver imediatamente subordinado o requerente.

**Art. 121** – Cabe pedido de reconsideração à autoridade que houver expedido o ato ou proferido a primeira decisão, não podendo ser renovado.

Parágrafo Único – O prazo para interposição do pedido de reconsideração é de 15 (quinze) dias a contar da publicação ou da ciência da decisão.

**Art. 122** – É assegurado ao servidor ou a procurador por ele constituído:  
I – Vista de processo ou documento na repartição;  
II – conhecimento de informações relativas à sua pessoa, constante de registros ou bancos de dados de órgãos.

**Art. 123** – O direito de requerer prescreve:  
I – em 5 (cinco) anos, quanto aos atos de demissão e de cassação de aposentadoria ou disponibilidade;  
II – em 5 (cinco) anos, para reclamação contra direitos estatutários;  
III – em 120 (cento e vinte) dias, nos demais casos, salvo quando outro prazo for fixado em lei.

Parágrafo Único – O prazo de prescrição será contado da data da publicação do ato impugnado ou da ciência pelo interessado, quando o ato não for publicado.

**Art. 124** – O pedido de reconsideração e o recurso, quando cabíveis, interrompem a prescrição.

**Art. 125** – A prescrição é de ordem pública, não podendo ser relevada pela administração.

## **CAPÍTULO II DOS RECURSOS**

**Art. 126** – Das decisões são cabíveis os seguintes recursos:  
I – de revisão;  
II – de revisão extraordinária.  
Parágrafo Único – O prazo para interpor recurso é de 15 (quinze) dias a contar da publicação ou da ciência da decisão recorrida.

**Art. 127** – Cabe recurso de revisão:  
I – do deferimento do pedido;  
II – do indeferimento do pedido de reconsideração;  
III – das decisões sobre os recursos sucessivamente interpostos.  
§ 1º - O recurso será dirigido à autoridade imediatamente superior à que tiver expedido o ato ou proferido a decisão.  
§ 2º - Não cabe recurso administrativo contra ato ou decisão do Prefeito Municipal.

**Art. 128** – Cabe recurso de revisão extraordinária ao Prefeito Municipal:  
I – das decisões proferidas por Secretário Municipal;

II – das decisões proferidas pelo Corregedor Municipal.

Parágrafo Único – Na hipótese do inciso II do artigo, o recurso poderá ser interposto:

- a) pelo servidor, quando o Corregedor houver denegado seu pedido;
- b) pelo Secretário Municipal, quando acolhido o pedido do servidor.

**Art. 129** – O recurso poderá ser recebido com efeito suspensivo, a juízo da autoridade competente, caso em que, provido, os efeitos da decisão retroagirão à data do ato impugnado.

**Art. 130** – São improrrogáveis os prazos estabelecidos neste Título, salvo motivo de força maior.

## **TÍTULO VIII DOS DEVERES, DAS PROIBIÇÕES E DAS RESPONSABILIDADES**

### **CAPÍTULO I DOS DEVERES**

**Art. 131** – São deveres do servidor, além dos que lhe cabem em virtude de seu cargo ou função e dos que decorrem, em geral, da sua condição de agente público:

- I – exercer com zelo e dedicação as atribuições do cargo;
- II – ser leal às instituições a que servir;
- III – observar as normas legais e regulamentares;
- IV – cumprir as ordens superiores, exceto quando manifestamente ilegais;
- V – atender com presteza:
  - a) ao público em geral, prestando as informações requeridas, ressalvadas as protegidas por sigilo;
  - b) à expedição de certidões requeridas para defesa de direito ou esclarecimento de situações de interesse pessoal;
  - c) às requisições dos órgãos de correição e de fiscalização e para defesa da Fazenda Pública;
- VI – levar ao conhecimento da autoridade superior as irregularidades de que tenha ciência em razão do cargo;
- VII – zelar pela economia do material e pela conservação do patrimônio público;
- VIII – guardar sigilo sobre assunto da Prefeitura;
- IX – manter conduta compatível com a moralidade administrativa;
- X – ser assíduo e pontual ao serviço;
- XI – tratar com urbanidade as pessoas;
- XII – representar contra ilegalidade, omissão ou abuso de poder.

Parágrafo Único – Havendo reclamação escrita contra o servidor, este será ouvido pela chefia imediata, podendo, inclusive, sofrer sanções disciplinares previstas nesta Lei.

## **CAPÍTULO II DAS PROIBIÇÕES**

**Art. 132** – Ao servidor é proibido:

- I – ausentar-se, injustificadamente, do serviço, durante o expediente;
- II – retirar, sem prévia anuência da autoridade competente, qualquer documento ou objeto da repartição;
- III – recusar fé a documento público;
- IV – opor resistência injustificada ao andamento de documento ou processo;
- V – promover manifestação de apreço ou despreço no recinto da repartição;
- VI – cometer a pessoa estranha à repartição, fora dos casos previstos em lei, o desempenho de atribuições que sejam de sua responsabilidade ou de seu subordinado;
- VII – coagir ou aliciar subordinados no sentido de filiarem-se a associação profissional ou entidade sindical, ou a partido político;
- VIII – manter sob sua chefia imediata, em cargo de confiança, cônjuge, companheiro ou parente até o segundo grau civil;
- IX – valer-se do cargo para lograr proveito pessoal ou de outrem, em detrimento da dignidade do cargo;
- X – atuar, como procurador ou intermediário, junto a repartição pública, salvo quando se tratar de benefícios previdenciários ou assistenciais de parentes até o segundo grau, e de cônjuge ou companheiro;
- XI – receber vantagem de qualquer espécie, em razão de suas atribuições;
- XII – praticar usura sob quaisquer de suas modalidades;
- XIII – utilizar pessoal ou recursos materiais da repartição em serviços ou atividades particulares;
- XIV – cometer a outro servidor atribuições estranhas ao cargo que ocupa, exceto em situações de emergência e transitórias;
- XV – exercer quaisquer atividades que sejam incompatíveis com o exercício do cargo e com o horário de trabalho.

Parágrafo Único – O disposto no parágrafo único do artigo anterior aplica-se, no que couber, ao servidor que infringir as normas deste artigo.

### **CAPÍTULO III DA ACUMULAÇÃO**

**Art. 133** – É vedada a acumulação remunerada de cargos públicos, exceto:

I – a de dois cargos de professor;

II – a de um cargo de professor com outro técnico ou científico;

III – a de dois cargos ou empregos privativos de profissionais de saúde, com profissões regulamentadas.

§ 1º - A proibição de acumular estende-se a cargos, empregos e funções em autarquias, fundações públicas, empresas públicas, sociedade de economia mista, suas subsidiárias e sociedades controladas direta ou indiretamente, da União, do Distrito Federal, dos Estados e dos Municípios.

§ 2º - A acumulação de cargos, ainda que lícita, fica condicionada à comprovação da compatibilidade de horários.

**Art. 134** – É proibida também a acumulação de proventos de aposentadoria com a remuneração de cargo público, nas mesmas condições estabelecidas no artigo anterior.

Parágrafo Único – Exclui-se da proibição de acumular uma aposentadoria com a remuneração de cargo eletivo ou de cargo em comissão, declarado em lei de livre nomeação e exoneração.

**Art. 135** – O servidor que acumular lícitamente 2 (dois) cargos, empregos ou funções, quando investido em cargo de provimento em comissão, ficará afastado de ambos, podendo optar pela remuneração destes ou a do comissionamento.

**Art. 136** – O Servidor não poderá exercer mais de um cargo em comissão, exceto se já for ocupante de um deles, situação em que poderá ser designado para exercer, interinamente, outro cargo em comissão, sem prejuízo de suas atribuições, devendo optar pela remuneração de um dos cargos, durante o período de interinidade.

### **CAPÍTULO IV DAS RESPONSABILIDADES**

**Art. 137** – O servidor responde civil, penal e administrativamente pelo exercício irregular de suas atribuições.

**Art. 138** – A responsabilidade civil decorre de ato omissivo ou comissivo, doloso ou culposo, que resulte em prejuízo ao erário ou a terceiros.

§ 1º - A indenização de prejuízo dolosamente causado ao erário somente será liquidada na forma prevista no artigo 61 na falta de outros bens que assegurem a execução do débito pela via judicial.

§ 2º - Tratando-se de dano causado a terceiros, responderá o servidor perante a Fazenda Pública, em ação regressiva.

§ 3º - A obrigação de reparar o dano estende-se aos sucessores e contra eles será executada, até o limite do valor da respectiva herança.

**Art. 139** – As sanções civis, penais e administrativas poderão acumular-se, serão independentes entre si.

**Art. 140** – A responsabilidade administrativa do servidor será considerada inexistente no caso de absolvição criminal que negue a existência do fato ou sua autoria.

## **CAPÍTULO V DAS PENALIDADES**

**Art. 141** – São penalidades disciplinares:

I – advertência;

II – suspensão;

III – demissão;

IV – cassação de aposentadoria ou disponibilidade;

V – destituição de cargo em comissão ou função gratificada.

**Art. 142** – Na aplicação das penalidades serão consideradas a natureza e a gravidade da infração cometida, os danos que dela provierem para o serviço público, as circunstâncias agravantes ou atenuantes e os antecedentes funcionais.

§ 1º - São circunstâncias atenuantes:

I – o bom desempenho anterior dos deveres funcionais;

II – a confissão espontânea da infração;

III – a prestação de serviços considerados relevantes por lei;

IV – a provocação injusta de superior hierárquico.

§ 2º - São circunstâncias agravantes:

I – a reincidência da infração;

II – a acumulação de infrações;

III – o cometimento da infração durante o cumprimento de pena disciplinar;

IV – a combinação com outros indivíduos para a prática da infração.

§ 3º - Outros atenuantes e agravantes não previstos nos parágrafos anteriores poderão ser considerados na aplicação das penalidades, a critério da autoridade competente.



**Art. 143** – A advertência será aplicada por escrito, nos casos de violação de proibição constante do artigo 132, incisos I a VIII, e de inobservância de dever funcional previsto em lei, regulamento ou norma interna, que não justifique imposição de penalidade mais grave.

**Art. 144** – A suspensão será aplicada em caso de reincidência das faltas punidas com advertência ou de violação das demais proibições que não tipifiquem infração sujeita a penalidade de demissão, não podendo exceder a 60 (sessenta) dias.

**Art. 145** – As penalidades de advertência e de suspensão terão seus registros cancelados, após o decurso de 3 (três) e 5 (cinco) anos de efetivo exercício, respectivamente, se o servidor não houver, nesses períodos, praticado nova infração disciplinar.

Parágrafo Único – o cancelamento da penalidade não surtirá efeitos retroativos.

**Art. 146** – A demissão será aplicada nos casos de:

- I – crime contra a administração pública;
- II – abandono de cargo;
- III – desídia no desempenho das respectivas funções;
- IV – improbidade administrativa;
- V – incontinência de conduta na repartição ou fora dela, quando em serviço;
- VI – insubordinação grave em serviço;
- VII – ato lesivo na honra ou ofensa física em serviço, a servidor ou a particular, salvo em legítima defesa própria ou de outrem;
- VIII – aplicação irregular de dinheiro público;
- IX – revelação de segredo de que se tenha o servidor apropriado em razão de suas atribuições;
- X – lesão aos cofres públicos, ou dilapidação do patrimônio público;
- XI – corrupção;
- XII – acumulação ilegal de cargos;
- XIII – transgressão dos incisos IX a XIII do artigo 132.

**Art. 147** – Verificada em processo disciplinar acumulação proibida e provada a boa-fé, o servidor optará por um dos cargos.

Parágrafo Único – Provada a má-fé, o servidor poderá, além do cargo que caracterizou o acúmulo, o que exercia há mais tempo e restituirá o que tiver percebido indevidamente.

**Art. 148** – Será cassada a aposentadoria ou a disponibilidade do servidor que houver praticado, na atividade, falta punível com a pena de demissão.

**Art. 149** – Terá suspensão a licença e poderá sofrer as penalidades cabíveis o servidor que, licenciado nas formas dos incisos I, II, III e IV do artigo 95, dedicar-se a qualquer atividade remunerada.

**Art. 150** – A destituição de cargo em comissão será aplicada nos casos de infração sujeita às penalidades de suspensão ou de demissão.

Parágrafo Único – Constatada a hipótese de que trata este artigo, a exoneração efetuada nos termos do artigo 47 será convertida em destituição de cargo em comissão.

**Art. 151** – A demissão ou a destituição de cargo em comissão, nos casos dos incisos IV, VIII, X e XI do artigo 146, implica a indisponibilidade dos bens e o ressarcimento ao erário, sem prejuízo da ação penal cabível.

**Art. 152** – A demissão ou a destituição de cargo em comissão por infringência do artigo 146, incisos I, IV, VIII, X e XI, incompatibiliza o ex-servidor para nova investidura em cargo público municipal.

Parágrafo Único – As demais hipóteses do artigo 146 implicam a incompatibilização do ex-servidor para nova investidura em cargo público municipal pelo prazo de 3 (três) anos.

**Art. 153** – Configura abandono de cargo a ausência injustificada do servidor ao serviço por mais de 30 (trinta) dias consecutivos, ou 90 (noventa) intercalados em um ano.

**Art. 154** – Considera-se desidiosa a conduta reveladora de negligência no desempenho das atribuições e a transgressão habitual dos deveres de assiduidade e pontualidade.

**Art. 155** – O ato de imposição de penalidade mencionará sempre p fundamento legal e a causa da sanção disciplinar.

**Art. 156** – as penalidades disciplinares serão aplicadas:

I – pelo Prefeito Municipal, quando se tratar de demissão e cassação de aposentadoria ou disponibilidade de servidor vinculado a órgão abrangido por esta Lei;

II – pelo Secretário Municipal de Administração, quando a aplicação da penalidade decorrer de processo administrativo que tenha tramitado pela Corregedoria;

III – pelo Secretário Municipal, quando se tratar de suspensão superior a 15 (quinze) dias, ressalvado o disposto no inciso anterior;

IV – pelas autoridades administrativas de hierarquia imediatamente inferior àquela mencionada no inciso III, quando se tratar de advertência ou suspensão de até 15 (quinze) dias, excetuada a hipótese prevista no inciso II.

V – pela autoridade que houver feito a nomeação, quando se tratar de destituição de cargo em comissão.

**Art. 157** – A ação disciplinar prescreverá:

I – em 5 (cinco) anos, quanto às infrações puníveis com demissão, cassação de aposentadoria ou disponibilidade e destruição de cargo em comissão;

II – em 2 (dois) anos, quanto à suspensão;

III – em 180 (cento e oitenta) dias, quanto à advertência.

§ 1º - O prazo de prescrição começa a correr da data em que o fato se tornou conhecido.

§ 2º - Os prazos de prescrição previstos na lei penal aplicam-se às infrações disciplinares capituladas também como crime.

§ 3º - A abertura de sindicância ou a instauração de processo disciplinar interrompe a prescrição, até a decisão final proferida por autoridade competente.

§ 4º - Interrompido o curso da prescrição, o prazo começará a correr a partir do dia em que cessar o motivo que lhe tenha dado causa.

## **TÍTULO IX DO PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR**

### **CAPÍTULO I DISPOSIÇÕES GERAIS**

**Art. 158** – A autoridade que tiver ciência da irregularidade no serviço público é obrigada a providenciar a sua apuração imediata mediante comunicado ao órgão correccional, para fins de instauração de sindicância ou processo administrativo disciplinar, assegurada ao acusado ampla defesa.

Parágrafo Único – A sindicância e o processo administrativo poderão ser antecedidos de procedimento preliminar que objetive ao levantamento de circunstâncias ou fatos indicadores de ilícito.

**Art. 159** – Como medida cautelar e a fim de que não venha a influir na apuração da irregularidade, o servidor, por solicitação do titular do órgão correccional, poderá ser afastado do exercício do cargo, pelo prazo de até 60 (sessenta) dias, sem prejuízo da remuneração.

Parágrafo Único – O afastamento poderá ser prorrogado por igual prazo, findo o qual cessarão os seus efeitos, ainda que não concluído o processo ou encerrada a sindicância.

**Art. 160** – O titular do órgão correccional, durante a tramitação do processo, em qualquer de suas fases, poderá adotar providencias ou determinar as diligencias

necessárias, objetivando o bom andamento do processo e a melhor elucidação dos fatos nele versados.

**Art. 161** – Ao titular do órgão correccional e aos membros das comissões processantes é assegurada ampla garantia no exercício de suas atribuições, incorrendo em falta grave, passível de suspensão ou demissão, o servidor que, por qualquer meio, obstar-lhes dolosamente o andamento dos trabalhos ou incorrer em atitude de ofensa ou desrespeito em relação a qualquer deles.

## **CAPÍTULO II DA SINDICÂNCIA**

**Art. 162** – Aplicam-se à sindicância, no que couber, os procedimentos previstos para o processo disciplinar.

**Art. 163** – Da sindicância poderá resultar:

- I – arquivamento de autos;
- II – aplicação de penalidade de advertência ou suspensão de até 60 (sessenta) dias;
- III – instauração de processo disciplinar.

**Art. 164** – Sempre que o ilícito praticado pelo servidor ensejar a imposição de penalidade de demissão, cassação de aposentaria ou disponibilidade, ou destituição de cargo em comissão, será obrigatória a instauração de processo disciplinar.

**Art. 165** – Os autos da sindicância integrarão o processo disciplinar como peça informativa da instrução.

Parágrafo Único – Na hipótese de o relatório da sindicância concluir que a infração está capitulada como ilícito penal, a autoridade competente encaminhará cópia dos autos ao Ministério Público, independentemente da instauração do processo disciplinar.

## **CAPÍTULO III DO PROCESSO DISCIPLINAR**

**Art. 166** – O processo disciplinar é o instrumento destinado a apurar responsabilidades de servidor por infração praticada no exercício de suas atribuições, ou que tenha relação com as atribuições do cargo em que se encontre investido.

**Art. 167** – O processo disciplinar obedecerá ao princípio do contraditório, assegurada ao acusado ampla defesa, com a utilização dos meios e recursos admitidos em direito, garantida, na forma da lei, a presença de advogado constituído ou de defensor público.

**Art. 168** – O processo disciplinar compreende as seguintes fases:

I – instauração, com a publicação do respectivo ato;

II – instrução, que compreende depoimento pessoal, defesa prévia, produção de provas e relatório;

III – julgamento.

**Art. 169** – O processo administrativo disciplinar será conduzido por comissão composta pelo titular do órgão correccional e por mais dois servidores, sendo um estável e outro preferencialmente estável, designados pelo Corregedor.

• *Caput com redação determinada pela Lei 3.561/2006.*

§ 1º - Da comissão de que trata o artigo, não poderão participar cônjuge, companheiro ou parente do indiciado, consanguíneo ou afim, em linha reta ou colateral, até o terceiro grau.

§ 2º - O titular do órgão correccional poderá requisitar servidores estáveis para integrar Comissão de Processo Administrativo Disciplinar, sem prejuízo da remuneração.

**Art. 170** – A comissão exercerá suas atividades com independência e imparcialidade, assegurado o sigilo necessário á elucidação do fato exigido pelo interesse da administração.

**Art. 171** – Os membros da comissão dedicarão todo seu tempo aos trabalhos da mesma, ficando, por isso, automaticamente dispensados do serviço de sua repartição, sem prejuízo da remuneração decorrente do exercício, até a entrega do relatório final.

**Art. 172** – O prazo para conclusão do processo administrativo disciplinar não excederá 90 (noventa) dias, contados da data de publicação do ato que constituir a comissão, admitida a sua prorrogação por mais 30 (trinta) dias.

• *Artigo 172 com redação determinada pela Lei 3.561/2006.*

**Art. 173** – Na instrução do processo disciplinar, a comissão promoverá a tomada de depoimentos, acareações e diligências cabíveis, objetivando a coleta de provas, recorrendo, quando necessário, a técnicos e peritos, de modo a permitir a completa elucidação dos fatos.

**Art. 174** – é assegurado ao servidor o direito de acompanhar o processo, pessoalmente ou por intermédio de procurados, arrolar e reinquirir testemunhas, produzir provas e contraprovas e formular quesitos, quando se tratar de prova pericial.

§ 1º - O presidente da comissão poderá denegar pedidos considerados impertinentes, meramente protelatórios, ou de nenhum interesse para o esclarecimento dos fatos.

§ 2º - Será indeferido o pedido de prova pericial, quando a comprovação do fato depender de conhecimento especial de perito.

§ 3º - Caberá à parte requisitante o ônus e custas da prova pericial.

- § 3º acrescentado pela Lei 3.561/2006.

**Art. 175** – O presidente da comissão mandará citar o indiciado para prestar depoimento pessoal, em dia e hora designados.

§ 1º - A citação se fará pessoalmente, ou por via postal com aviso de recebimento.

§ 2º - Achando-se o indiciado em lugar incerto e não sabido, será citado por edital, publicado por 3 (três) vezes no órgão oficial ou em jornal de grande circulação municipal, no prazo de 15 (quinze) dias.

- § 2º com redação determinada pela Lei 3.561/2006.

§ 3º - Entre a expedição da carta de citação e o depoimento pessoal mediará prazo não inferior a 15 (quinze) dias.

**Art. 176** – Prestado o depoimento pessoal, abrir-se-á vista ao indiciado, pelo prazo de 15 (quinze) dias, para, requerendo, apresentar defesa prévia.

Parágrafo Único – Na defesa prévia poderá o indiciado, sob pena de preclusão:

- I – Arrolar testemunhas até o número de 3 (três);
- II – juntar documentos;
- III – requerer perícia;
- IV – requerer diligências que entender necessárias.

**Art. 177** – Será dado defensor dativo, de preferência bacharel em direito, ao indiciado que não comparecer para o depoimento pessoal ou que, comparecendo, assim o requerer, procedendo-se de conformidade com o disposto no artigo anterior.

**Art. 178** – Apresentado o rol de testemunhas, estas serão chamadas a depor mediante carta de intimação, expedida pelo presidente da comissão, cuja segunda via será anexada aos autos.

§ 1º - Se a testemunha for servidor público, a intimação será comunicada à sua chefia imediata, com a indicação de dia e hora marcados para o depoimento.

§ 2º - A testemunha que, servidor público, não atender, injustificadamente à intimação para depor, perderá a remuneração do dia, sem prejuízo da penalidade a que se sujeitar, em virtude da infringência do disposto no inciso V, alínea “C” do art. 131 desta Lei.

- § 2º com redação determinada pela Lei 3.193/2004 – Anexo III.

**Art. 179** – O depoimento será prestado oralmente e reduzido a termo, vedado à testemunha trazê-lo por escrito.

§ 1º - As testemunhas serão inquiridas separadamente, facultando-se ao procurador do indiciado ou a seu defensor dativo reinquiri-las por intermédio do presidente da comissão.

§ 2º - Na hipótese de depoimentos contraditórios, poderá o presidente da comissão, de ofício ou a requerimento do indiciado, proceder à acareação entre os depoentes.

**Art. 180** – Concluída a instrução, o indiciado será intimado para, no prazo de 10 (dez) dias, oferecer razões finais de defesa.

**Art. 181** – Após as razões finais de defesa, a comissão elaborará relatório minucioso, em que resumirá as peças principais dos autos e mencionará as provas em que se baseou para formar a sua convicção.

§ 1º - O relatório será sempre conclusivo quanto à inocência ou à responsabilidade do servidor.

§ 2º - Reconhecida a responsabilidade do servidor, a comissão indicará o dispositivo legal ou regulamentar transgredido, bem como as circunstâncias agravantes ou atenuantes.

§ 3º - Se a conclusão do relatório não se der por unanimidade, o voto vencido poderá ser a ele anexado.

§ 4º - A comissão deverá, no relatório, sugerir quaisquer providências que lhe pareçam de interesse público.

**Art. 182** – O processo disciplinar, com o relatório da comissão, será remetido à autoridade competente, para julgamento.

**Art. 183** – Ressalvada a carta de citação de que trata o artigo 175, as intimações previstas neste Título se farão na pessoa do procurador constituído, do defensor dativo ou do indiciado.

**Art. 184** – O servidor que responder a processo disciplinar só poderá ser exonerado a pedido, ou aposentado voluntariamente, após a conclusão do processo e o cumprimento da penalidade, acaso aplicada.

#### **CAPÍTULO IV DO JULGAMENTO**

**Art. 185** – No prazo de 30 (trinta) dias, contados do recebimento do processo, a autoridade julgadora definida no artigo 156 desta Lei proferirá a decisão,

da qual caberá recurso para o órgão correcional, salvo se proferida pelo Prefeito Municipal.

§ 1º - Havendo mais de um indiciado e diversidade de sanções, o julgamento caberá à autoridade competente para a imposição da pena mais grave.

§ 2º - O julgamento fora do prazo legal não implica nulidade.

**Art. 186** – Recebido o relatório, a autoridade julgadora poderá acatá-lo ou, motivadamente, agravar a penalidade proposta, abrandá-la ou isentar de responsabilidade o indiciado.

**Art. 187** – Verificada a existência de vício insanável, a autoridade julgadora declarará a nulidade total ou parcial do processo e determinará a constituição de outra comissão, para instauração de novo processo.

**Art. 188** – Extinta a punibilidade pela prescrição, a autoridade julgadora determinará o registro do fato nos assentamentos individuais do servidor.

Parágrafo Único – A autoridade julgadora que der causa à extinção da punibilidade pela prescrição será responsabilizada na forma da lei.

## **CAPÍTULO V DA REVISÃO DO PROCESSO ADMINISTRATIVO**

**Art. 189** – O processo disciplinar poderá ser revisto, a qualquer tempo, a pedido do interessado, desde que se aduzam fatos novos ou circunstâncias suscetíveis de justificar a inocência do punido ou a inadequação da penalidade aplicada.

§ 1º - em caso de falecimento, ausência ou desaparecimento do punido, a revisão do processo poderá ser requerida pelo cônjuge ou qualquer parente em linha ascendente, descendente ou colateral, até terceiro grau.

§ 2º - No caso de incapacidade mental do servidor, a revisão será requerida pelo respectivo curador.

**Art. 190** – No processo revisional, o ônus da prova cabe ao requerente.

**Art. 191** – A simples alegação de injustiça da penalidade não constitui fundamento para a revisão, que requer elementos novos, ainda não apreciados no processo originário.

**Art. 192** – O requerimento do interessado, dirigido ao Prefeito Municipal, devidamente instruído e fundamentado, deverá ser remetido ao órgão central do sistema de administração de pessoal, para exame preliminar e devido encaminhamento.



§ 1º - Caso o interessado deseje fundamentar o pedido com prova testemunhal ou de outra espécie, poderá requerer procedimento justificatório ao titular do órgão, que deferirá ou não o solicitado.

§ 2º - Caberá ao órgão correccional ouvir as testemunhas arroladas, bem como se pronunciar sobre o pedido.

**Art. 193** – Concluído o procedimento justificatório e instruído o pedido de revisão, será a matéria devolvida ao titular do órgão central do sistema de administração geral, que determinará a sua remessa, juntamente com o respectivo processo administrativo, ao Prefeito Municipal, para decisão.

**Art. 194** – Julgado procedente o pedido de revisão, o Prefeito Municipal adequará ou tornará sem efeito a penalidade aplicada ao servidor.

**Art. 195** – O julgamento favorável do processo implicará também o restabelecimento de todos os direitos perdidos em consequência da penalidade aplicada.

## **TÍTULO X DISPOSIÇÕES ESPECIAIS**

### **CAPÍTULO I DA CONTRATAÇÃO DE CARÁTER EXCEPCIONAL**

**Art. 196** – Para atender a necessidade de excepcional interesse público, poderá haver, mediante autorização do Prefeito, contratação de pessoal por prazo determinado, sob a forma de contrato de direito administrativo, caso em que o contratado não será considerado servidor público.

**Art. 197** – Consideram-se de necessidade de excepcional interesse público as contratações que visem a:

- I – combater surtos epidêmicos;
- II – fazer recenseamento;
- III – atender a situações de calamidade pública;
- IV – permitir a execução de serviços técnicos por profissional de notória especialização, inclusive estrangeiro;
- V – suprir necessidades excepcionais, transitórias e inadiáveis que, por sua natureza e interesse público relevante, possam gerar situações de calamidade ou prejuízo ao cidadão, em áreas ou setores específicos da Administração Pública Municipal, bem como a substituição imediata de Professor ou Médico.

VI – Atender a programas, serviços, benefícios, projetos e convênios realizados através de financiamentos e/ou co-financiamentos federal e/ou estadual e/ou municipal, por meio de processo seletivo simplificado.

- *Inciso VI acrescentado pela Lei 3.561/2006.*

§ 1º - As contratações de que trata este artigo terão dotação específica e obedecerão aos seguintes prazos:

I – nas hipóteses dos incisos I, II e III, até seis meses;

II – na hipótese do inciso IV, até quarenta e oito meses;

III – na hipótese do inciso V, até doze meses.

IV – Na hipótese do inciso VI, será o prazo de vigência do instrumento celebrado no inciso VI do *caput*.

- *Inciso IV acrescentado pela Lei 3.561/2006.*

§ 2º - O contrato firmado com base neste artigo só gera efeitos a partir de sua publicação, conforme dispõe o artigo 96 da Lei Orgânica do Município, sob forma de extrato, especificando as partes contratantes, objeto, prazo, regime de execução, preço, condição de pagamento, critérios de reajuste, quando for o caso, e dotação orçamentária a ser utilizada.

- *§ 2º com redação determinada pela Lei 3.571/2006.*

§ 3º - É vedado o desvio de função de pessoa contratada na forma deste artigo, bem como sua recontração, salvo por justo motivo, nas hipóteses de que tratam os incisos I, II, III, IV e V deste artigo, e considerado, em todo caso, o interesse público, sob pena de nulidade do contrato e responsabilidade civil da autoridade contratante.

- *§ 3º com redação determinada pela Lei 3.499/2005.*

§ 4º - Na hipótese do inciso IV do artigo, quando os serviços técnicos forem essenciais para a concretização de projetos especiais de pesquisa científica ou desenvolvimento técnico-administrativo especializado, o prazo da contratação poderá ser de até 4 (quatro) anos.

§ 5º - Na hipótese do inciso VI do *caput*, e quando o convênio exigir, será permitida a contratação no exercício de funções públicas, ainda que não constantes no quadro permanente do Município, ou sua adequação, visando a realização de atividades profissionais correlatas de forma distinta da atribuição prevista para cargo constante do quadro permanente.

- *§ 5º acrescentado pela Lei 3.561/2006.*

**Art. 198** – Nas contratações por tempo determinado, serão observados os padrões de vencimento do plano de cargos, vencimentos e carreiras do órgão contratante, exceto na hipótese do inciso IV e VI do *caput* artigo anterior, quando serão observados os valores do mercado de trabalho e adequadas as remunerações de acordo com o repasse do convênio, verificado em todo o caso, a contrapartida municipal e o interesse público.

- *Artigo 198 com redação determinada pela Lei 3.561/2006.*

## **CAPÍTULO II DOS ESTAGIÁRIOS**

**Art. 199** – Para o desempenho de atividades auxiliares, poderá o Município admitir estagiários, por prazo de até 12 (doze) meses, prorrogável, mediante convênio com instituições educacionais reconhecidas.

- *Caput com redação determinada pela Lei 3.515/2005.*

§1º - O prazo total de vínculo do estagiário com o Município não poderá ultrapassar 24 (vinte e quatro) meses.

- *§ 1º com redação determinada pela Lei 3.515/2005.*

§ 2º - Os estagiários deverão estar matriculados em escolas oficiais ou reconhecidas pelo governo.

- *§ 2º com redação determinada pela Lei 3.515/2005.*

§ 3º - Os estudantes de nível médio poderão estar cursando qualquer ano, sendo que aos estudantes de nível superior será exigido nível de escolaridade (período/semestre) compatível com as atividades a serem desenvolvidas na respectiva área de atuação, a ser delimitado pelo órgão que oferecerá o estágio.

- *§ 3º com redação determinada pela Lei 3.515/2005.*

**Art. 200** – Ficam disponibilizadas vagas para a admissão de estagiários do Município, limitadas em até 10% (dez por cento) do total de servidores municipais em atividade, quando houver o dispêndio de bolsa de estudo, e observado, em todo caso, a disponibilidade financeira e orçamentária do Município.

- *Artigo 200 com redação determinada pela Lei 3.515/2005.*

**Art. 201** – O exercício das funções dos estagiários devem guardar correlação entre a área de estudo e as atividades próprias das unidades administrativas municipais que o recrutarem, além de assegurarem ao estagiário experiência prática em sua área de formação, sob supervisão e orientação de profissional habilitado.

- *Artigo 201 com redação determinada pela Lei 3.515/2005.*

**Art. 202** – Os estagiários serão indicados pelas instituições educacionais e poderão ser submetidos a processo seletivo, a ser definido e realizado pelo órgão municipal responsável pela oferta do estágio.

- *Artigo 202 com redação determinada pela Lei 3.515/2005.*

**Art. 203** – A jornada de trabalho para o desempenho das atividades do estágio será definida pelo órgão que disponibilizar o estágio, e ficará adstrita à jornada entre 4 (quatro) e 6 (seis) horas diárias, de acordo com o interesse do sistema e respeitado, em todo caso, a compatibilidade com o horário escolar.

- *Artigo 203 com redação determinada pela Lei 3.515/2005.*

**Art. 204** – A administração municipal poderá, respeitado o interesse do órgão municipal, conceder aos estagiários auxílio financeiro, a título de bolsa complementar educacional.

- *Artigo 204 com redação determinada pela Lei 3.515/2005.*

§ 1º - O valor do auxílio financeiro será calculado de acordo com o nível de escolaridade e exigência do estágio, além de observado, em todo caso, a disponibilidade orçamentária do órgão municipal interessado.

- *§ 1º com redação determinada pela Lei 3.515/2005.*

§ 2º - Havendo percepção de pecúnia esta será a título de bolsa complementar educacional, tão somente, e não poderá ser superior, em nenhuma hipótese, ao valor do menor vencimento pago pela Municipalidade.

- *§ 2º com redação determinada pela Lei 3.515/2005.*

**Art. 205** – O Município, se do interesse do órgão municipal, poderá conceder auxílio transporte ao estagiário, nos termos da regulamentação própria.

- *Artigo 205 com redação determinada pela Lei 3.515/2005.*

**Art. 206** – São requisitos para realização do estágio, que o estudante apresente:

I – a declaração de disponibilidade de horário e/ou opção de turno;

II – o documento comprobatório de regularidade escolar – atestado de matrícula e frequência – com a indicação do ano ou período do respectivo curso;

III – o documento relativo à qualificação pessoal.

- *Caput e incisos com redação determinada pela Lei 3.515/2005.*

**Art. 207** – Aplicam-se aos estagiários, durante o período de estágio, os deveres, proibições e normas disciplinares a que estão sujeitos os servidores públicos municipais.

- *Artigo 207 com redação determinada pela Lei 3.515/2005.*

**Art. 208** – A admissão do estagiário será firmada por Termo de Compromisso de Estágio, com a interveniência da escola, e não caracteriza vínculo empregatício com o Município, na definição da Lei Federal nº. 6.494/77, art. 04º, mas garantirá ao estudante o seguro contra acidentes pessoais definidos no termo de compromisso.

- *Artigo 208 com redação determinada pela Lei 3.515/2005.*

**Art. 209** – O estagiário poderá ser dispensado, a qualquer momento:

a) Pela desistência por escrito, do estudante;

b) Pela não renovação do termo de compromisso até a data de seu vencimento;

c) Pelo abandono, pela suspensão (trancamento), ou pela conclusão do curso;

d) Por iniciativa do órgão concedente, a qualquer momento, no caso de conduta inadequada ou descumprimento das obrigações assumidas pelo estagiário, que neste caso deverá ser motivada.

- *Caput e alíneas com redação determinada pela Lei 3.515/2005.*

**Art. 210** – Competirá à Secretaria Municipal de Administração expedir atos normativos regulamentando esta lei, supervisionar o Programa de Estágio do Município, proceder a contratação dos estagiários, assim como orientar, controlar e avaliar o corpo de estagiários do Município.

- *Artigo 210 com redação determinada pela Lei 3.515/2005.*

Parágrafo Único – Ao término do estágio, será expedido certificado, pelo Secretário Municipal de Administração, quanto ao período, desempenho e assiduidade do estagiário.

- *Parágrafo único com redação determinada pela Lei 3.515/2005*
- *A Portaria nº 08, de 17 de fevereiro de 2006, dispõe sobre as diretrizes e normas sobre a atividade de estágio na Administração Principal.*
- *A Portaria nº 20, de 09 de abril de 2007, dispõe sobre a admissão de estagiários na composição do quadro da Rede Pública de Ensino da Secretária Municipal de Educação, Esporte e Lazer, para desempenho de atividades auxiliares nas unidades de ensino da Rede Pública Municipal.*
- *A Portaria nº 14, de 19 de março de 2008, dispõe sobre a admissão de estagiários na composição do quadro da Administração Pública Municipal para desempenho de atividades nas Secretarias Municipais.*
- *A Portaria nº 04, de 10 de abril de 2013, dispõe sobre a admissão de estagiários remunerados e não remunerados na composição do quadro da administração municipal para desempenho de atividades em seus órgãos, regulamenta o convênio com as instituições de ensino e estabelece a divulgação de vagas.*

### **CAPÍTULO III**

#### **DA RESERVA DE VAGAS PARA PESSOAS PORTADORAS DE DEFICIÊNCIA**

**Art. 211** – Em todos os Concursos Públicos para provimento de cargo de provimento efetivo do quadro de pessoal da Administração Direta e Indireta do Município de Montes Claros serão reservados 10% (dez por cento) do número de vagas para as pessoas portadoras de deficiência, salvo quanto aos cargos para os quais a lei exija aptidão plena.

**Art. 212** – Considera-se pessoa portadora de deficiência, para os fins desta Lei, aquela que apresenta, em caráter permanente, perda ou anormalidade de natureza psicológica, fisiológica ou anatômica, que gere incapacidade para o desempenho de atividade, dentro do padrão considerado normal para o ser humano, desde que conceituada na medicina especializada de acordo com os padrões mundialmente estabelecidos.

**Art. 213** – Os órgãos da Administração Direta e Indireta do Poder Executivo aplicarão provas especiais para o preenchimento das vagas reservadas, nos termos desta Lei.

§ 1º - No ato da inscrição, o candidato portador de deficiência é obrigado a declará-la e, em caso de declaração falsa, confirmada em qualquer fase do concurso, poderá sofrer consequências legais decorrentes.

§ 2º - O candidato deficiente, no ato da inscrição, caso seja necessário, deverá solicitar condições especiais para se submeter às provas e demais exames previstos no Edital.

**Art. 214** – Os candidatos portadores de deficiência, aprovados em concurso público, terão seus nomes publicados em lista à parte.

Parágrafo Único – De cada 10 (dez) nomeações de candidatos aprovados, será nomeado 1 (um) candidato portador de deficiência, obedecida a classificação da lista de deficientes aprovados.

• *Parágrafo único com redação determinada pela Lei 3.193/2004 – Anexo III.*

**Art. 215** – Caso o número de candidatos portadores de deficiência aprovados seja menor que o número de vagas reservadas aos mesmos, as remanescentes serão ocupadas pelos demais concorrentes, obedecida a ordem de classificação.

**Art. 216** – Os candidatos aprovados, portadores de deficiência, serão submetidos a avaliação pela junta médico-pericial municipal, para se verificar a compatibilidade da deficiência com as atividades do cargo ou emprego, devendo seu parecer ser fundamentado.

**Art. 217** – Os servidores ou empregados portadores de deficiência serão avaliados, no exercício de suas atribuições, segundo regras próprias, fixadas por Decreto.

#### **CAPÍTULO IV DOS TÍTULOS PARA FINS DE CONCURSO PÚBLICO**

**Art. 218** – Ao candidato detentor de títulos de graduação, pós-graduação – especialização, mestrado e/ou doutorado – será atribuída pontuação pelos títulos comprovados, observados os limites legais e de acordo com critérios estabelecidos no respectivo edital do concurso.

• *Artigo 218 com redação determinada pela Lei 4.157/2009.*

**Art. 219** – *(Revogado pela Lei nº 4.157, de 01 de outubro de 2009)*

**Art. 220** – *(Revogado pela Lei nº 4.157, de 01 de outubro de 2009)*

**Art. 221** – *(Revogado pela Lei nº 4.157, de 01 de outubro de 2009)*

**Art. 222** – *(Revogado pela Lei nº 4.157, de 01 de outubro de 2009)*

**Art. 223** – *(Revogado pela Lei nº 4.157, de 01 de outubro de 2009)*

## **TÍTULO XI DISPOSIÇÕES TRANSITÓRIAS E FINAIS**

**Art. 224** – O dia 28 de outubro é consagrado ao servidor público do Município, sendo considerado ponto facultativo.

**Art. 225** – A administração deverá rever seus atos, a qualquer tempo, quando eivados de ilegalidade.

**Art. 226** – O Município manterá Plano de Seguridade Social para o servidor e seus dependentes, assegurando a aposentadoria e pensão, nos termos do art. 40 da Constituição Federal e da Lei Municipal nº 2.101/1993 – Instituto de Previdência dos Servidores do Município de Montes Claros.

**Art. 227** – Para atender ao disposto no artigo anterior, o Município instituirá contribuições dele próprio e do servidor, para o custeio dos benefícios assegurados.

**Art. 228** – Consideram-se da família do servidor, além do cônjuge e filhos, quaisquer pessoas que vivam às suas expensas e constem do seu assentamento individual.

**Art. 229** – O servidor investido em cargo de direção ou chefia poderá ter substituído indicado na forma de regulamento.

Parágrafo Único – O substituto fará jus à remuneração atribuída ao cargo em que se der a substituição.

**Art. 230** – Será assegurado ao servidor, quando no exercício do mandato de Prefeito Municipal, o direito de optar pelo seu vencimento.

**Art. 231** – Ao servidor público civil é assegurado, nos termos da Constituição da República e da Lei Orgânica do Município, o direito à livre associação sindical e os seguintes direitos, dentre outros delas decorrentes:

a) De ser representado pelo sindicato, inclusive como substituto processual;

b) De inamovibilidade do dirigente sindical, até um ano após o final do mandato, exceto a pedido;

c) De descontar em folha, sem ônus para a entidade sindical a que for filiado, o valor das mensalidades e contribuições definidas em assembleia geral da categoria, observado o disposto no parágrafo único do artigo 59 desta Lei.

**Art. 232** – É facultado ao Prefeito Municipal delegar competência para a prática de atos administrativos.

**Art. 233** – Por motivo de crença religiosa ou de convicção filosófica ou política, o servidor não poderá ser privado de quaisquer direitos, sofrer discriminação em sua vida funcional, nem se eximir do cumprimento de seus deveres.

**Art. 234** – Os prazos previstos nesta Lei serão contados em dias corridos, excluindo-se o dia do começo e incluindo-se o do vencimento, ficando prorrogado, para o primeiro dia útil seguinte, o prazo que se iniciar ou vencer em dia em que não haja expediente.

**Art. 235** – O Prefeito Municipal baixará, por Decreto, os regulamentos necessários à execução da presente Lei.

**Art. 236** – Fica garantida a contagem de tempo para fins de concessão dos benefícios de adicionais por tempo de serviço e de férias-prêmio somente aos atuais servidores efetivos do Município.

• *Caput com redação determinada pela Lei 3.332/2004.*

§ 1º - A contagem de tempo para fins de concessão do benefício de adicional por tempo de serviço fica garantida até 31 de dezembro de 2003.

• *§ 1º acrescentado pela Lei 3.332/2004*

§ 2º - Fica garantido ao atual servidor efetivo do Município a percepção do benefício das férias-prêmio e de adicional equivalente à sexta parte do seu vencimento base, ao completar 25 (vinte e cinco) anos de serviço público municipal.

• *§ 2º acrescentado pela Lei 3.332/2004.*

**Art. 237** – Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

**Art. 238** – Revogam-se as disposições em contrário, no que couber, da Lei nº 1.035, de 25 de março de 1974 e suas alterações.

Prefeitura Municipal de Montes Claros, 23 de dezembro de 2003.

Jairo Ataíde Vieira  
Prefeito Municipal



## LEGISLAÇÃO COMPLEMENTAR

- Lei 3.193/2004
- Lei 3.332/2004
- Lei 3.333/2004
- Decreto nº 2.081/2004
- Decreto nº 2.160/2005
- Decreto nº 2.176/2005
- Decreto nº 2.177/2005
- Lei 3.499/2005
- Lei 3.515/2005
- Portaria nº 08/2006
- Lei 3.561/2006
- Lei 3.571/2006
- Lei 3.587/2006
- Lei 3.588/2006
- Decreto nº 2.247/2006
- Decreto nº 2.329/2007
- Portaria nº 20/2007
- Decreto nº 2.410/2007
- Decreto nº 2.413/2007
- Decreto nº 2.414/2007
- Lei 3.831/2007
- Decreto nº 2.432/2007
- Portaria nº 14/2008
- Decreto nº 2.505/2008
- Decreto nº 2.528/2008
- Decreto nº 2.571/2008
- Decreto nº 2.648/2008
- Lei 4.157/2009
- Decreto nº 2.770/2010
- Decreto nº 2.771/2010
- Decreto nº 2.772/2010
- Portaria nº 04/2013